

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELI FERREIRA PONTES

LEI MARIA DA PENHA E A IDEOLOGIA DO CAPITALISMO DE CONSUMO

CURITIBA

2017

LEI MARIA DA PENHA E A IDEOLOGIA DO CAPITALISMO DE CONSUMO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig.
Coorientador: Msc. Thiago Henrique Felício.

CURITIBA

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família, pois sem eles não estaria aqui.

Aos amigos, companheiros de lutas e angústias ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador e mestre, Celso L. Ludwig, pela abertura ao diferente e por mostrar ser um *Herr Professor*.

Ao grande amigo/irmão e coorientador, Thiago H. Felício, pelas discussões acaloradas, pelas indicações de leitura, mas, principalmente, por tudo que tem me ensinado ao longo desses muitos anos. Ainda lembro de quando te conheci, na festa do calouro de História no campus Politécnico em 2006, naquele dia soube o que era a verdadeira amizade, que os filósofos antigos chamavam de *filia*. Muito obrigada por tudo.

Aos professores integrantes da banca, Ana Carla e Ricardo Pazello.

Por fim, agradeço e dedico esse trabalho a todas as mulheres e suas deusas a serem descobertas.

RESUMO

O presente trabalho monográfico, através da contextualização histórica, análise de dados estatísticos, análise teórica-filosófica, precipuamente a partir da leitura dos textos de autores da Escola de Frankfurt, Bauman, Zizek, feministas marxistas, entre outros e, inclusive os próprios Marx e Engels, apresenta as temáticas da ideologia e violência doméstica contra a mulher e a sua possível ligação com o Direito. O ponto de partida utilizado foi a Lei Maria da Penha, marco da luta dos movimentos feministas para o fim da violência doméstica contra a mulher. Contudo, a pesquisa trouxe à tona uma provável utilização da referida Lei pela indústria cosmética (ou classe dominante) como forma de ideologia necessária à reprodução da exploração do trabalho e do consumo da mulher, ou seja, a utilização do Direito como forma de dominação. Ainda, a Lei Maria da Penha tem como objeto o combate à violência doméstica contra a mulher, ou seja, objetiva combater a violência cometida pelos sujeitos, ou violência subjetiva, contudo, esse trabalho aborda, além da violência subjetiva, a violência sistêmica (objetiva), ou violência gerada pelas desigualdades econômicas e sociais, fruto do sistema capitalista. Enfim, o trabalho presume que o combate à violência subjetiva, não só é ineficaz, como também pode encobrir a violência contida no próprio sistema.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Feminismo. Marxismo. Capitalismo. Ideologia. Consumo.

ABSTRACT

The present monographic work, through historical contextualization, analysis of statistical data, theoretical-philosophical analysis, from the reading of the texts of authors of the Frankfurt School, Bauman, Žižek, Marxist feminists, among others, including Marx and Engels, presents the themes of ideology and domestic violence against women and their possible link with the law. The starting point was the Maria da Penha Law, a landmark of the struggle of feminist movements for the end of domestic violence against women. However, the research has brought to light a probable use of the said law by the cosmetic industry (or ruling class) as a form of ideology necessary to reproduce the exploitation of women's work and consumption, that is, the use of law as a form of domination. Also, the Maria da Penha Law aims to combat domestic violence against women, that is, to combat violence committed by the subjects, or subjective violence, however, this work addresses, in addition to subjective violence, systemic violence (objective), or violence generated by economic and social inequalities, the fruit of the capitalist system. Finally, the work presumes that the fight against subjective violence is not only ineffective, but can also cover up the violence contained in the system itself.

Keywords: Lei Maria da Penha. Feminism. Marxism. Capitalism. Ideology. Consumption.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 CAPITALISMO E LEI MARIA DA PENHA (CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO).....	09
2.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM DADOS: ANTES E DEPOIS DA LEI MARIA DA PENHA.....	14
2.2 LEI MARIA DA PENHA: CONTEXTO GERAL DO SEU ADVENTO.....	17
2.2.1 Mulher e Capitalismo (do capitalismo produtivo ao capitalismo financeiro).....	17
2.2.2 Lei Maria da Penha dentro do contexto da Internacionalização dos Direitos Humanos.....	20
3 INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA: CAPITALISMO DE CONSUMO E O DIREITO POSTO.....	23
3.1 SUPERESTRUTURA E DIREITO.....	24
3.2 CAPITALISMO DE CONSUMO.....	27
3.3 O DIREITO POSTO NA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES.....	33
4 LEI MARIA DA PENHA E A IDEOLOGIA DO CAPITALISMO DE CONSUMO.....	36
4.1 VIOLÊNCIA SISTÊMICA.....	36
4.2 IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO.....	38
4.3 APARELHO IDEOLÓGICO FAMILIAR.....	42
4.3.1 Famílias chefiadas por mulheres.....	44
4.4 IDEOLOGIA DO EMPODERAMENTO FEMININO.....	47
4.5 LEI MARIA DA PENHA (APARELHO REPRESSOR/IDEOLÓGICO DE ESTADO).....	49
5 CONCLUSÃO.....	53
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias, quando ligamos a TV, ou abrimos um jornal comprado em uma banca, ou lemos uma revista, nos deparamos com notícias a respeito da violência contra a mulher, principalmente as que tem como sujeito ativo companheiro, namorado ou marido. São casos que chocam, comovem, despertam em nós sentimentos de estarrecimento, nojo e horror. É a violência subjetiva, visível e facilmente identificável. Contudo, seria essa o único tipo de violência? Será que essa violência que tanto nos chama a atenção não seria apenas a ponta do iceberg de um sistema que a produz e que, pior ainda, lucra com essa violência aparente (subjetiva)?

Esta monografia objetiva refletir sobre os possíveis interesses escusos por trás do combate à violência contra a mulher, através da análise ideológica que esconde a realidade.

Para chegar ao objetivo, partiu-se da Lei Maria da Penha como objeto de estudo, vez que ela é o marco do combate à violência doméstica no Brasil e também porque ganhou bastante repercussão midiática, ou seja, dificilmente alguém no país nunca tenha pelo menos ouvido falar da referida Lei.

A monografia, em sua primeira parte, apresenta o contexto do advento da Lei Maria da Penha, com o intuito de mostrar sua conexão com as bases históricas, filosóficas e sociológicas que possibilitaram e/ou fomentaram seu surgimento, a fim de evidenciar que essa lei, bem como qualquer outra, possui raízes e está conectada a um determinado contexto histórico, pois nenhuma lei é mero fruto de lutas isoladas.

Na segunda parte, expõe-se os fundamentos filosóficos e teóricos que permitiram as reflexões aqui propostas, qual seja, o marxismo. Utiliza-se autores da Escola de Frankfurt, bem como o texto básico do marxismo, *O Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels, além desses, com o fito de compreender o capitalismo atual, também foram utilizados autores marxistas contemporâneos, com Zigmunt BAUMAN e Slavoj ZIZEK, aquele por conta de seus estudos a respeito do capitalismo de consumo e este por suas ideias polêmicas a respeito do que chamou de “violência sistêmica”.

Na última parte, mostra-se a utilização da Lei Maria da Penha não como meio de combate à violência doméstica contra a mulher, mas, hipoteticamente, como

ideologia da classe dominante que não só não reduz a violência, como pode encobrir e servir ao interesse de empresas da indústria cosmética.

Por fim, o objetivo maior é questionar o próprio papel do jurista como reprodutor da ideologia, provocar a reflexão acerca dos problemas que somos desafiados a resolver. Será que temos de fato um problema? A quem interessa a resolução do problema que nos é apresentado? Enfim, como monografia na área da Filosofia do Direito, espera-se no mínimo causar alguns mal-estares, afinal, como dizia Sócrates, uma vida não questionada, não merece ser vivida.

2 INFRAESTRUTURA E DIREITO: CAPITALISMO E LEI MARIA DA PENHA (CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO)

Todos os movimentos anteriores da história foram movimentos de minorias ou no interesse das minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da maioria imensa. O proletariado, a camada inferior da sociedade atual, não pode levantar-se, colocar-se de pé, sem fazer saltar pelos ares toda a superestrutura das camadas que formam a sociedade oficial. (Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista, p.76)

Desde muito cedo, logo na infância, em um período distante em minha memória, tenho como mania (se assim posso dizer) de observar o mundo ao meu redor. Faço parte de uma geração que cresceu “educada” pela mídia e seus programas infantis, bombardeada por informações (ou desinformações...), uma geração mais racionalizada, mais informada, contudo, sem entrar em detalhes, questiono se essa quantidade de informações não trouxe como consequência, entre outras, a diluição das certezas, como bem alertou o sociólogo Zigmunt Bauman¹.

Entre muitas vivências e experiências de vida, algo que sempre me causou estranheza (e creio que deva causar em muitas pessoas) era minha condição de mulher. Vasculhando pelos arquivos de minhas memórias, deparei-me com experiências significativas onde me confrontei com o feminino no outro e em mim mesma.

Recentemente, chama a atenção o noticiário a respeito da violência contra a mulher, tanto a grande mídia quanto a alternativa destacam os casos desses atos agressivos². Um desses casos ocorreu em maio do ano de 2016, o estupro de uma adolescente de 16 anos por 30 homens. Este caso acabou despertando e trazendo à tona, através dos movimentos feministas, a existência de uma “cultura do estupro”. Em linhas gerais, esses movimentos defendem a ideia de haver uma cultura estabelecida na sociedade que aceita a violência sexual contra a mulher como algo

1 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

2 “**Como assim, cultura do estupro?**”. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/cultura-do-estupro-como-assim/>>. Acesso em: 17 set. 2017

natural. Uma possível causa apontada para esse problema seria a falta de visibilidade social feminina, reflexo de uma longa história marcada pela exclusão e desvalorização do trabalho feminino. Como uma solução, algumas linhas e teóricas feministas pregam uma unidade de gênero, fundamentada na ideia de que o feminino é construção puramente histórica e social, deixando de lado, assim, os fundamentos biopsicológicos³. Ainda, defendem, de modo subjacente, a ideia de haver um progresso histórico contínuo em relação às conquistas femininas. Os movimentos feministas estariam contribuindo para o progresso e melhoria das condições de vida da mulher dentro do sistema capitalista. Por conseguinte, a mulher, como sujeito racional, teria se emancipado do homem a partir do séc. XIX, tendo em vista que começou a frequentar espaços antes somente acessado pelos homens.

Contudo, a partir de observações, experiências, verificação de fontes midiáticas e dados estatísticos oficiais, constatou-se contradições fáticas ao discurso defendido pelos movimentos político-sociais antiviolença. A violência contra a mulher, apesar da crescente divulgação de casos, da Lei Maria da Penha e do fortalecimento do aparato repressor a favor da mulher, continua a desafiar a sociedade, que se vê amedrontada e estarecida diante dos fatos ocorridos.

Este trabalho pretende apontar algumas reflexões a respeito dos interesses obscuros que ensejaram o advento da Lei Maria Penha. Portanto, o estudo se pretende diverso do convencional. Para isso, o ponto de vista almeja o distanciamento, para que seja possível evidenciar as contradições entre os discursos apresentados pelo contexto sócio-jurídico e a condição real (fática) da mulher na atualidade. Ou seja, não é objetivo deste trabalho analisar as consequências, mas o problema antes do problema.

Através de uma abordagem sociológica, histórica e filosófica, aspira-se olhar a realidade social, buscar as origens do problema e desconstruir conceitos, a fim de

3 PODE-SE citar como principal teórica das ideias mencionadas a filósofa estadunidense Judith BUTLER, principal precursora da Teoria Queer. Na obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da Identidade* (2010), a filósofa critica a dicotomia sexo/gênero, discorda da coerência obrigatória entre o sexo biológico (macho/fêmea) e o gênero. Para a filósofa, o gênero é expresso pela cultura, portanto, uma construção social. BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

proporcionar um diagnóstico social e, precipuamente, uma crítica aos problemas dados e acabados. Serão utilizados, como referência teórica, autores de diferentes áreas, Zygmunt BAUMAN (Sociologia), Slavoj ZIZEK (psicanálise marxista), Nancy FRASER (feminismo marxista), bem como demais autores marxistas. Visa-se, assim, provocar a reflexão a cerca de um tema atual e de suma relevância social, a violência contra a mulher. Há a consciência de que tais questionamentos podem trazer certo incômodo, pois pode parecer pessimismo ou niilismo⁴, mas o objetivo é iluminar um tema que, muitas vezes, parece óbvio, devido aos discursos cotidianamente disseminados.

O progressismo, ou ideia de progresso, jaz no âmbito jurídico, bem como o racionalismo e a temporalidade linear, como conceitos quase naturais. As obras jurídicas estão permeadas por tais conceitos, apesar de, terem sido desconstruídos pelas ciências humanas ao longo do século XX. Como exemplo, pode-se citar o historiador francês Jacques LE GOFF e sua obra “História e Memória”. O historiador mostra que a ideia de progresso é um conceito recente e ocidental, portanto, de forma alguma deve ser tomado como natural, mas como um conceito construído historicamente.

Até o final do século XVI a ideia de progresso – que é um conceito eminentemente ocidental – não se manifestou e o que poderia corresponder à ideia de reação era ocultado por outras noções, especialmente as de decadência ou de eterno retorno. (LE GOFF, JACQUES, História e Memória, 1990, p.205)

4 Niilismo, segundo a definição do dicionário Houaiss da língua portuguesa, s.m. 1 redução ao nada; aniquilamento; não existência 2 ponto de vista que considera que as crenças e os valores tradicionais são infundados e que não há qualquer sentido ou utilidade na existência 3 total e absoluto espírito destrutivo, em relação ao mundo circundante e ao próprio eu 4 FIL no *nietzschianismo*, negação, declínio ou recusa, em curso na história humana e esp. Na modernidade ocidental, de crenças e convicções – com seus respectivos valores morais, estéticos ou políticos – que oferecem um sentido consistente e positivo para a experiência imediata da vida 5 rejeição radical às leis e às instituições formais. HOUAISS, Antônio (1915-1999); VILLAR, Mauro de Salles (1939-). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Do mesmo modo, os conceitos racionalistas e a linearidade temporal também permeiam as obras jurídicas. Há a predominância de discursos progressistas, fundamentados na ideia de haver uma evolução social e, como consequência, uma evolução das instituições, das leis, enfim, do Direito como um todo. Faz-se crer que as legislações estão sempre caminhando no sentido de melhora, num progresso contínuo e linear. Por isso, fala-se em “conquistas” sociais, das quais todos fazem parte. Questionar essas “conquistas” (de forma fundamentada ou não) é adentrar, por certo, em um caminho espinhoso repleto de hostilidades. Conforme exprime Foucault (Arqueologia do Saber, p.36), *“os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto”*.

Para alcançar o objetivo supramencionado, partiu-se de um marco jurídico-social-histórico, a Lei Maria da Penha (Lei n.11.340/2006), por ser uma divisora de águas no Brasil no que se refere à violência contra a mulher, que (sem adentrar nos dispositivos legais, nem em questões criminais) ofereceu maior visibilidade do quadro social em questão. Aqui não serão discutidos os “avanços” ou “regressões” trazidas pela lei no âmbito social, mas utilizá-la como ponto de partida à análise do problema da violência contra a mulher, bem como um caminho para iluminar o *modus operandi* do meio jurídico em relação ao tema. Para isso, traçar-se-á em linhas gerais o contexto histórico-político-social do qual proveio a Lei Maria da Penha, a fim de conectar a lei à realidade da qual faz parte. Após, serão analisados os discursos jurídicos que respaldam a referida lei, no intuito de cotejá-los com a realidade fática, verificar a eficácia social da lei através de dados empíricos, evidenciar as escolas teóricas que, muitas vezes, de modo implícito, os perpassam⁵, para posteriormente identificar os reais interesses que possibilitaram o advento da referida lei.

Primeiramente, o movimento feminista⁶ pode ser comparado aos movimentos abolicionistas dos séculos XVIII e XIX, pois não se trata de um movimento que objetiva a supressão do modo de produção capitalista, mas um movimento que possui como

5 Como por exemplo, o positivismo jurídico.

6 O que se chama “movimento feminista”, na verdade é um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideológicos e filosóficos bastante diversificado que, de modo algum, é homogêneo.

reivindicações, de modo genérico, a inclusão dos excluídos no sistema capitalista, e não o de apontar um caminho, ou caminhos, para superá-lo. Como bem apontou Richard RORTY, no texto *Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática*:

Hoje, o movimento feminista é o que mais se aproxima – a nós, intelectuais de esquerda das democracias ricas – desse partido e desse programa. Mas, em seu aspecto político, **o feminismo mais se assemelha a um movimento reformista do que a um movimento revolucionário**. É que suas metas políticas são bastante concretas e não é difícil concebê-las como conquistáveis; essas metas são defendidas mediante apelos e intuições morais, muito mais difundidas, sobre a justiça. Assim, a política feminista contemporânea é mais análoga ao abolicionismo do século XVIII do que ao comunismo do século XIX. Enquanto foi muito difícil, no século XIX, imaginar como seriam as coisas sem a propriedade privada, era relativamente fácil, no século XVIII e no início do século XIX, imaginar um mundo sem escravos e ver a escravidão como um remanescente de uma era bárbara moralmente repugnante para instituições bastante difundidas. De maneira análoga, é relativamente simples imaginar um mundo com remuneração igual para o trabalho igual, com responsabilidades domésticas igualmente compartilhadas, com o mesmo número de mulheres e homens em posições de poder etc, e ver as atuais desigualdades como repugnantes e intuições largamente compartilhadas sobre o que é certo e justo. O feminismo só pode ser análogo ao comunismo do século XIX na medida em que seja mais do que uma questão de reformas específicas.⁷ (destaque nosso)

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, apesar do senso comum⁸ a considerar um grande “avanço” legislativo fruto das lutas dos movimentos de emancipação feminina, que de certa forma não deixa de ter alguma verdade, na medida em que deu visibilidade ao problema da violência doméstica no Brasil, mas, ao passar pelo crivo da análise crítica social e filosófica, muito do que se crê a respeito se desfaz.

Esse trabalho propõe demonstrar o uso ideológico do Direito por parte da elite econômica a partir da Lei Maria da Penha, ou seja, promover uma reflexão a respeito

7 RORTY, Richard. **Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática**. In: ZIZEK, Slavoj. Mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.228.

8 Senso comum é aqui utilizado no sentido de *Doxa* (opinião), conhecimento fundado em aparências. CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000. p.268.

das bases socioeconômicas que reproduzem o sistema capitalista. Assim, o objeto de estudo é a Lei Maria da Penha, utilizada aqui como ponto de partida para questionar as bases filosófico-ideológicas guias da criação legal pátria, ou seja, não se tem como fito a análise legal, mas compreender convergências e divergências entre os discursos jurídicos e a realidade fática social. Mas, para isso, deve-se deixar de lado a comoção resultante de ideologias e enxergar o quadro analiticamente, assim, pode-se visualizar a coisa-em-si.

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM DADOS: ANTES E DEPOIS DA LEI MARIA DA PENHA

Com base na ideia de identificar a realidade social a ser analisada e problematizada, vê-se a necessidade de delinear os fatos sociais. Assim, apresenta-se o contexto a partir de dados empíricos, a fim de proporcionar um distanciamento ideológico em relação ao problema em questão.

Em primeiro lugar, não se quer aqui debater sobre as questões de gênero, mas trazer o problema da violência doméstica contra mulher para um grau de questionamento diverso, fora do comumente tomado. O problema será abordado num campo conceitual, inserido dentro da construção sócio-histórico-filosófica. Como consequência, os movimentos sociais também precisam ser inseridos em seus contextos históricos, desconstruídos, com distanciamento intelectual e científico, não com uma perspectiva pessimista, mas com o intuito de perceber o problema em uma dimensão estrutural, apontar uma direção diversa de interpretação, uma nova abordagem. Afinal, por qual motivo, mesmo após mais de um século do movimento feminista, muitas tentativas de transformar a realidade feminina, como a implementação de instrumentos de defesa da mulher, recomendações e Convenções

adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e quase dez anos da Lei Maria da Penha no Brasil⁹, a violência contra a mulher continua a assolar o país?

Ao analisar os dados apresentados no estudo “Mapa da Violência 2015”¹⁰, a não efetividade dos instrumentos de defesa da mulher parecem evidentes. O Brasil saltou do 7º (sétimo) lugar para o 5º (quinto) no ranking da violência doméstica contra a mulher entre 84 (oitenta e quatro) países. O estudo levantou as taxas de homicídios de mulheres no Brasil entre 1980 e 2013 e apresenta o seguinte:

Pelos registros do SIM, entre 1980 e 2013, **num ritmo crescente ao longo do tempo**, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%.

Em 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Para analisarmos o antes e o depois da Lei, desagregamos os dados da Tabela 2.1 em dois períodos: 1980/2006 (antes da Lei) e 2006/2013 (com o vigor da Lei). Vemos, nas últimas linhas da tabela, que no período anterior à Lei o crescimento do número de homicídios de mulheres foi de 7,6% ao ano; quando ponderado segundo a população feminina, o crescimento das taxas no mesmo período foi de 2,5% ao ano.

Já no período 2006/2013, com a vigência da Lei, o crescimento do número desses homicídios cai para 2,6% ao ano e o crescimento das taxas cai para 1,7% ao ano.

(...)

Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década. Limitando a análise ao período de vigência da Lei Maria da Penha, que entra em vigor em 2006, observamos que a maior parte desse aumento decenal aconteceu sob égide da nova lei: 18,4% nos

9 PEREIRA, Luísa Winter. **VIOLENCIA DOMÉSTICA INSTITUCIONALIZADA E INSTITUIÇÃO DOMÉSTICA VIOLENTA Um longo caminho para a efetivação dos direitos humanos das mulheres no Estado do Paraná**. Monografia Graduação UFPR. 2015.

10 WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1.ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>. Acesso em 17 de set. 2017.

números e 12,5% nas taxas, entre 2006 e 2013. Se num primeiro momento, em 2007, registrou-se uma queda expressiva nas taxas, de 4,2 para 3,9 por 100 mil mulheres, rapidamente a violência homicida recuperou sua escalada, ultrapassando a taxa de 2006. Mas, apesar das taxas continuarem aumentando, observamos que a partir de 2010 arrefece o ímpeto desse crescimento.¹¹

Ao se constatar tal problema no nível fático, não se deve ignorar que há uma distância entre os discursos em prol de um arrefecimento da violência e a crescente violência contra a mulher, apontada pelas estatísticas. E é nesse ponto que reside a questão a ser sobressaída, a relação entre o discurso e o quadro desenhado.

O quadro se ilustra através dos dados estatísticos e das fontes midiáticas. A violência contra a mulher não diminuiu com a maior repressão do poder estatal e nem com a divulgação ao público dos atos violentos, pelo contrário, vem em uma crescente ao longo dos anos. Entretanto, as discussões a respeito desse quadro continuam a balizar-se por conceitos há muito tempo questionados pelas ciências humanas em todas as áreas, como as Ciências Sociais, a História, a Filosofia e etc., mas que o meio jurídico insiste em reproduzir. Um conceito importante à crítica pretendida é o progresso, pois este permeia não somente a legislação, mas também as obras doutrinárias, passando pelos movimentos feministas, que parecem pouco questionar as bases histórico-filosóficas de suas ideias.

Após a apresentação do fato social, vê-se a necessidade de contextualizá-lo dentro de uma dimensão histórica. Assim, prepara-se para os questionamentos e apontamentos posteriores a respeito do problema da violência contra a mulher na contemporaneidade, na medida em que fornece subsídios da realidade, básicos à compreensão do tema. A violência doméstica é colocada aqui não como categoria solta, desconexa do quadro histórico, social e filosófico, mas como resultante de um complexo de relações que englobam diversos níveis da vivência humana. A violência contra a mulher é utilizada como pano de fundo a um problema maior e mais sutil, a possibilidade da existência de uma cultura violenta estruturada por ideologias não perceptíveis.

11 WAISELFISZ, J. J.. *Obra Citada*. p.11 e 13.

O quadro fático representa a dificuldade de se lidar no plano das ideias, de definir os conceitos e do receio de enfrentar as contradições jurídico-sociais. As mesclas de ideias se perdem no tempo, os conceitos se tornam distantes do plano inteligível, o que torna deveras difícil a tarefa de definir e clarear algo que, de tão cotidiano e replicado, parece simplório.

2.2 LEI MARIA DA PENHA: CONTEXTO GERAL DO SEU ADVENTO

2.2.1 Mulher e capitalismo (do capitalismo produtivo ao capitalismo financeiro)

Séculos de cativo, constrangimento, uso e abuso, desqualificação e negociação do indivíduo da mulher começaram a ruir no meio do século XX. Por volta dos anos 1940, ocorreu a liberação da mulher. Antes dessa liberação, prevalecia o que se denominou “sociedade patriarcal”, definida como aquela que tem institucionalizado o domínio do homem sobre a mulher e a família¹². Impulsionada pela mídia, que funcionou como agência de massificação de valores sociais, a liberação da mulher foi sendo imposta como valor pela indústria cultural¹³. Mas que tipo de liberação foi concedida à mulher? Essa liberação não foi conquistada (por isso, a escolha pelo termo “liberação” e não “libertação”), ao contrário do que se imagina ou que se quer acreditar, mas que foi autorizada, o que, por si só, já exclui a ideia de

12 MENDES, S. R. **Criminologia Feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 88.

13 **Indústria cultural** é descrita como um fenômeno da sociedade capitalista moderna, segundo a visão crítica de Adorno e Horkheimer, filósofos vinculados à Escola de Frankfurt, ao aspirar a integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas também determina o seu próprio consumo. Com isso, a indústria cultural, que traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno, reduz a humanidade em indivíduos que podem satisfazer aos interesses da liderança desse processo.

liberdade, pois liberdade de fato não é dada, nem autorizada de cima para baixo, mas requer a autonomia individual¹⁴.

Com o crescente desenvolvimento do capitalismo a partir do século XIX, a imagem de Mãe-Virgem¹⁵, dona de casa que cuida e protege os filhos e o marido e nascida para a família, não condizia mais com a sociedade capitalista, por isso, através de controle ideológico, foi necessário desconstruir essa imagem, a fim de substituí-la por outra, mais condizente ao capitalismo. Portanto, houve uma reorganização das ideologias frente ao novo contexto vigente. Ao contrário do que se supõe, o capitalismo não contribuiu para a liberação da mulher, mas foi condição *sine qua non* dessa liberação. Sem o capitalismo, não seria possível a desconstrução da mulher-mãe do antigo regime, onde havia a clara divisão entre âmbito doméstico e público. O motivo pode soar até simplório: à lógica do capitalismo parasitário - entendida nos termos de Zigmunt Bauman (Capitalismo Parasitário, 2010, p.8),

Sem meias palavras, **o capitalismo é um sistema parasitário**. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.

- não cabe manter metade da mão-de-obra/consumidora dentro dos lares. A ironia se faz presente, da submissão ao marido, a mulher passou a ser submissa ao capitalista. Isso é o que se pode chamar de “dialética da libertação”, presente nos movimentos de emancipação, explicada pelo filósofo da Escola de Frankfurt, Hebert MARCUSE em *Eros e Civilização*. A cada movimento de contestação, há um sistema de dominação, a cada rebelião, segue uma contra-revolução e no final, uma restauração.

14 CHAUÍ expõe da seguinte forma a vinculação entre liberdade e as condições apresentadas pelo mundo “O par contingência-liberdade também pode ser formulado pela oposição acaso liberdade. Contingência ou acaso significam que a realidade é imprevisível e mutável, impossibilitando deliberação e decisão racionais, definidoras da liberdade. Num mundo onde tudo acontece por acidente, somos como um frágil barquinho perdido num mar tempestuoso, levado em todas as direções, ao sabor das vagas e dos ventos.” CHAUÍ, M. Obra citada. p.462.

15 Wilhelm REICH cita o teólogo Gehard Kremer na *Psicologia de massas do Fascismo* ao analisar a função do culto à Virgem Maria na formação estrutura psicológica das massas “A devoção autêntica da juventude católica estará sempre sinceramente associada ao ideal da Virgem Maria. (...) A Virgem Maria representa para o Jovem a graça, a majestade e a dignidade sem par, como não se encontram na natureza, na arte e no mundo dos homens.” p.137.

A luta do oprimido parece sempre resultar em um posterior sistema mais amplo de dominação. Nas palavras de MARCUSE:

O pai, limitado na família e na sua autoridade biológica individual, ressurgue, muito mais poderoso, na administração que preserva a vida da sociedade e nas leis que salvaguardam a administração. Essas encarnações finais e mais sublimes do pai não podem ser superadas simbolicamente, pela emancipação: não há libertação possível em face da administração e de suas leis, pois se apresentam como fiadoras supremas da liberdade. (*Eros e Civilização*, p.92) (destaque nosso)

Ressalta-se que não se defende uma visão reacionária¹⁶, ou seja, essas ideias expostas não pretendem ser uma reação contrária aos movimentos sociais, nem defender uma espécie de retorno ao modelo de sociedade tradicional burguesa, nem afirmar que este era superior ao modelo de sociedade atual, muito pelo contrário, parte-se de uma crítica ao capitalismo financeiro/consumo. A diferença é a referência teórica. Critica-se o capitalismo pelas lentes do materialismo histórico¹⁷, ou teorias marxistas mais recentes, críticas da pós-modernidade, precipuamente pelo conceito de “*Modernidade Líquida*” desenvolvido pelo sociólogo Zigmunt Bauman e as teorias desenvolvidas pela Escola de Frankfurt. Assim, aqui é analisado um objeto (no caso uma lei) a partir de uma visão macroscópica, para que se possa compreender o contexto e as bases ideológico-filosóficas sobre os quais se assenta.

Deste modo, a violência doméstica é observada dentro desse contexto pós-moderno, partindo-se do pressuposto que não há mais o predomínio do patriarcalismo tradicional, dominante no capitalismo produtivo, e nem que este seja a explicação central para a violência contra a mulher na contemporaneidade. Esclarecendo esse ponto, pode-se traçar o contexto do advento da Lei Maria da Penha.

16 “Reacionário: Rubrica: termo jurídico. Def.3.que se opõe às ideias voltadas para a transformação da sociedade”. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa 3.0.**

17 Marilena CHAUÍ o define da seguinte maneira “*É por afirmar que a sociedade se constitui a partir de condições materiais de produção e da divisão social do trabalho, que as mudanças históricas são determinadas pelas modificações naquelas condições materiais e naquela divisão do trabalho, e que a consciência humana é determinada a pensar as ideias que pensa por causa das condições materiais instituídas pela sociedade, que o pensamento de Marx e Engels é chamado de **materialismo histórico**.*” CHAUÍ, Marilena. Obra citada. p.537.

2.2.2 Lei Maria da Penha dentro do contexto da Internacionalização dos Direitos Humanos

Tem-se como marco dos Direitos Humanos a “Carta de São Francisco”, que instituiu a ONU (Organização das Nações Unidas) na Conferência de São Francisco em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a descoberta dos horrores provocados pelos regimes nazifascistas. A Carta inseriu expressivamente o termo Direitos Humanos, determinou que todos os Estados-Membros deveriam resguardar pela universalização das liberdades fundamentais a todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. Em continuidade à Carta, em 1948, foi aprovada a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Portanto, os Direitos Humanos são fundados nas ideias de direito universal e direito natural, tendo em vista que parte do pressuposto da existência de direitos absolutos válidos a qualquer ser humano. Destaca-se, que não há o intuito de detalhar o conceito de Direitos Humanos ou adentrar no Direito Internacional, mas apenas delinear o contexto do qual o objeto em análise é oriundo.

Três anos após a criação da ONU, em 1948, foi fundada a OEA (Organização dos Estados Americanos, organização regional parte da ONU). O Brasil aderiu à OEA em 1952, no governo Getúlio Vargas. Mas somente aderiu de fato à OEA com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal em 1988. Os países-membros da OEA se comprometeram a promover o desenvolvimento econômico, social e cultural, além de estabelecer e fortalecer os sistemas democráticos. A partir da Constituição de 1988, o Brasil passou a aderir aos instrumentos internacionais de direitos humanos, o que contribuiu para a inserção do país na nova ordem mundial pós-Guerra-Fria, a Era da Globalização¹⁸. Ao longo desse

18 Zigmunt BAUMAN ao tratar do tema da globalização: “A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” — e isso significa basicamente o mesmo para todos.” BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar. p.3.

período, o Brasil ratificou diversos acordos internacionais, entre os quais se destacam a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*¹⁹, em 1995, e o *Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher*²⁰, em 2002, estes são considerados os marcos da culminância das reivindicações dos movimentos feministas no Brasil, por terem reconhecido o problema da violência contra a mulher no país.

O Centro para a Justiça e o Direito Internacional - CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM, no ano de 1998, juntamente com Maria da Penha Maia Fernandes, encaminharam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA petição contra o Estado brasileiro, relativo ao caso de violência doméstica por ela sofrido (Caso Maria da Penha de nº 12.051)²¹. O caso Maria da Penha se tornou emblemático ao ser o primeiro a aplicar os instrumentos internacionais contra a violência doméstica no Brasil, pois foi decisivo ao cumprimento pelo Estado brasileiro dos acordos ratificados. Nos anos que se seguiram, houve um acirramento dos esforços, inclusive de organizações não governamentais, em prol de mudanças legislativas que assegurassem a intervenção direta do Estado contra a violência doméstica. Deste modo, após longas discussões e audiências, tanto a nível regional quanto nacional, foi aprovada a Lei 11.340/2006, a qual trata da violência doméstica e familiar contra as mulheres, Lei que ganhou a alcunha de Lei Maria da Penha, pela qual é mais popularmente conhecida, em

19 CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Ratificada pelo Brasil em 27/11/1995. <Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>. Acesso em 17 de set. 2017.

20 BRASIL. Decreto 4.316 de 30 de julho de 2002. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Presidência da República: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4316.htm>. Acesso em 17 de set. 2017.

21 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. Relatório Anual 2000. Relatório nº 54/01, caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes. <Disponível em <http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em 17 set. 2017.

homenagem à emblemática, supracitada, farmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes.

Assim, é nesse contexto de implementação dos instrumentos internacionais dos direitos humanos que surgiu a Lei Maria da Penha, ou seja, é o reflexo no ordenamento jurídico pátrio de políticas internacionais, cujas bases filosóficas são o Direito Natural e Universal. Categoricamente, a Lei foi a positivação em âmbito nacional de políticas internacionais de direitos humanos. E, é desse ponto que se inicia a análise das bases ideológicas, filosóficas e econômicas que sustentam as políticas legislativas pátrias, a fim de compreender as razões e interesses subjacentes à legislação.

3 INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA: CAPITALISMO DE CONSUMO E O DIREITO POSTO

Como a análise do objeto, a Lei Maria da Penha, pauta-se na estrutura sócio-histórica do materialismo dialético (marxismo), faz-se necessário expor o papel do Direito dentro da estrutura social e sua relação com os aparelhos ideológicos de Estado, partindo-se do pressuposto que o Direito possuiu uma estrita relação com a estrutura estatal, ou superestrutura, dentro da abordagem conceitual marxista. Após a exposição dessa estrutura social, a Lei Maria da Penha será inserida dentro dessa estrutura, a fim de possibilitar a compreensão de sua relação entre a superestrutura e a ideologia²² que mantém a exploração do homem pelo homem, e a que ela se presta dentro da sociedade capitalista atual, à qual se encontra na etapa do capitalismo financeiro ou capitalismo de consumo²³, conforme sustenta BAUMAN:

(...) “o “consumismo” chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho. Como insiste Mary Douglas, “a menos que saibamos porque as pessoas precisam de bens de luxo [ou seja, bens que excedem as necessidades de sobrevivência] e como os utilizam, não estaremos nem perto de considerar com seriedade os problemas da desigualdade” (...)”

Será também, oportunamente, analisado a Lei Maria da Penha através de seu texto original, com o intuito de verificar o seu real objeto e a ideologia que a permeia.

22 PASUKANIS analisa a relação entre Direito e Ideologia da seguinte forma: “*Também não podemos contestar o fato de que, para os homens, o direito é uma viva experiência psicológica, particularmente sob a forma de regras, de princípios ou de normas gerais. Contudo, o problema não consiste em admitir ou contestar a existência da ideologia jurídica (ou da psicologia) mas em demonstrar que as categorias jurídicas não possuem outra significação fora de sua significação ideológica*”. PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Trad. apres.. e notas de Paulo Bessa. - Rio de Janeiro: Renovar, 1989. p.41.

23 BAUMAN, em **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**, sustenta que houve uma ruptura no capitalismo produtivo que resultou no capitalismo atual, marcado pela exploração do consumo, e não mais da força de trabalho, como acontecia anteriormente. BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Trad. Varlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008. p. 41.

3.1 SUPERESTRUTURA E DIREITO

Para compreender o papel da Lei Maria da Penha, portanto, do Direito, em meio à sociedade capitalista de consumo e sua relação com o aparato ideológico de Estado, dentro da interpretação social do materialismo dialético, é necessário, primeiramente, trazer o conceito de superestrutura a lume.

Louis ALTHUSSER, no texto *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*, explica como ocorre a reprodução das condições de produção, a reprodução da força de trabalho, a relação entre infraestrutura e superestrutura, o aparato estatal, os fundamentos da teoria marxista do Estado, os aparelhos ideológicos de Estado, a reprodução dos aparelhos de produção e a ideologia e²⁴ sua relação com os sujeitos.

Destaca-se, por ora, o conceito de superestrutura traçado pelo mencionado autor, pois é a ela que se vincula o Direito e todo o aparato normativo que legitimam a ideologia dominante²⁵.

24 ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)**. In: ZIZEK, Slavoj. *Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.p.109.

25 Há que se destacar que existe um contraponto à versão de ALTHUSSER sobre o Estado, precipuamente às críticas que partem da ideia de micropoder de FOUCAULT. LUDWIG, por exemplo, expõe o modelo althusseriano de Estado ao analisar o filme *Laranja Mecânica* e o contrapõe à visão foucaultiana. Critica-se a ideia de ALTHUSSER de haver um poder que é imposto de cima para baixo, poder este encoberto pela ideologia. Para os críticos desta visão, o poder é fragmentado, ou em “rede” de micropoderes. LUDWIG, Celso Luiz. *Laranja Mecânica – Alex e a lex: práticas de saberes, poderes e direitos*. In: *Direito e psicanálise: interseções e Interlocuções a partir de Laranja Mecânica*, de Anthony Bugess. Contudo, o filósofo ZIZEK retoma o modelo de Estado de ALTHUSSER, pois defende que explica de maneira mais clara as relações entre Estado e os indivíduos. ZIZEK expõe da seguinte forma as diferenças entre FOUCAULT e ALTHUSSER: “O que reencontramos aqui é a “regressão” para a ideologia, no exato ponto em que parecemos estar saindo dela. Nesse aspecto, a relação entre Althusser e Foucault tem um interesse especial. A contrapartida foucaultina dos Aparelhos Ideológicos de Estado são os processos disciplinares que funcionam no nível do “micropoder” e designam o ponto em que o poder se inscreve diretamente no corpo, contornando a ideologia – razão por que, justamente, Foucault nunca usa o termo “ideologia” a propósito desses mecanismos de micropoder. Esse abandono da problemática da ideologia acarreta uma deficiência fatal na teoria de Foucault. Ele nunca se cansa de repetir o quanto o poder se constitui “de baixo para cima”, não emanando de um topo único: essa própria imagem de um “topo” (o monarca ou outra encarnação da soberania) emerge como um efeito secundário da pluralidade de micopráticas, da rede complexa de suas inter-relações. Entretanto, quando forçado a exibir o mecanismo concreto dessa emergência, Foucault recorre à retórica da complexidade, extremamente suspeita, evocando a intrincada rede de vínculos laterais, à

ALTHUSSER expõe que Marx definiu superestrutura como constituinte de dois “níveis” ou “instâncias”, a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (todas as ideologias existentes, desde as políticas até as religiosas). Metaforicamente, essa representação social pode ser compreendida através da imagem de um edifício que contém uma base, infraestrutura, sobre a qual se assenta a superestrutura. A escolha da imagem do edifício não é por acaso. Ela traz em si a ideia de que a superestrutura não se sustenta sem que haja uma infraestrutura, ou seja, qualquer modificação na superestrutura não se dá sem a anterior permissão da infraestrutura, a determinação em última instância do que acontece no topo do edifício é dada pela base econômica ou material. Em outras palavras, tudo que é definido na superestrutura não adquire validade sem ter sido determinado pela base. Para o Direito (parte da superestrutura social) isso significa que suas alterações, mudanças legislativas e normativas, não seriam válidas, ou pelo menos possuiriam um índice de eficácia bastante reduzida, sem que a base material que sustenta a sociedade estivesse, no mínimo, preparada para recebê-la.

ALTHUSSER, entretanto, lembra que a tradição marxista pensa a superestrutura como possuidora de uma certa autonomia relativa, que a superestrutura tem sobre a infraestrutura uma “ação recíproca”, apesar da determinante última ser a infraestrutura. O autor prefere pensar a superestrutura a partir da reprodução²⁶.

Nessa arquitetura, o Direito faz parte do Estado (superestrutura), ou melhor, do *Aparelho de Estado*, força de execução e intervenção repressoras a serviço das classes dominantes. Deste modo, é preciso definir o que vem a ser “Estado”, tendo em vista que este engloba o aparato especializado constituído pela prática jurídica

*esquerda e à direita, acima e abaixo... um exemplo claro de remendo, já que nunca se pode chegar ao poder dessa maneira – o abismo que separa os microprocessos e o espectro do poder continua intransponível. A vantagem de Althusser parece evidente. Althusser procede exatamente no sentido inverso – desde o começo, concebe esses microprocessos como parte dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ou seja, como mecanismos que, para serem atuantes, para “captarem” o indivíduo, sempre já pressupõem a presença maciça do Estado, a relação transferencial do indivíduo com o poder do Estado, ou – nos termos de Althusser – com o grande Outro ideológico em quem se origina a interpelação.” ZIZEK, Slavoj. **O espectro da ideologia**. In: Um Mapa da Ideologia. Trad.Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.18. (destaque nosso)*

(polícia, tribunais, presídios e etc.). ALTHUSSER, ao tratar do conceito de Estado, remete à tradição marxista:

A tradição marxista é clara: no *Manifesto Comunista* e em *O Dezoito Brumário* (bem como em todos os textos clássicos posteriores, sobretudo nos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris e nos de Lênin em *O Estado e a Revolução*), o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressor. O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX, a classe burguesa e a “classe” dos grandes latifundiários) assegurem sua dominação sobre a classe trabalhadora, submetendo estas últimas ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, à exploração capitalista).

O Estado, portanto, é antes de tudo o que os clássicos marxistas chamaram de *Aparelho de Estado*. Esse termo significa: não apenas o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, isto é, a polícia, os tribunais e os presídios, mas também o exército, que intervém diretamente (o proletariado pagou com seu sangue essa experiência) como força repressora suplementar em última instância, quando a polícia e seus corpos auxiliares especializados são “superados pelos acontecimentos”; e, acima desse conjunto, o chefe de Estado, o governo e a administração

Apresentada dessa maneira, a “teoria” marxista-leninista do Estado toca no ponto essencial, e nem por um momento se pode pensar em rejeitar o fato de que esse é realmente o ponto essencial. O Aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e intervenção repressoras, “a serviço das classes dominantes”, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado, e isso certamente define sua “função” fundamental²⁷.

O autor destaca que a teoria marxista utiliza-se da descrição (teoria descritiva) para representar a natureza do Estado, entretanto, deve-se desenvolver a teoria descritiva à teoria como tal, a fim de compreender melhor os mecanismos do Estado em seu funcionamento.

Toda a luta de classes ocorre em torno do Estado, do poder estatal, da tomada e preservação do poder estatal por uma classe. Assim, para a teoria marxista, o objetivo da luta de classes é o poder estatal, o uso dos aparelhos de Estado pelas classes. O proletariado deve tomar o poder estatal para destruir o aparelho de Estado

27 ALTHUSSER, L. **Obra citada**. p.110.

burguês e, posteriormente, em um processo radical, extinguir o Estado e todo o Aparelho Repressivo²⁸.

O Estado, como mecanismo unificado, através do Aparelho Repressivo, funciona, nesse sentido, como uma espécie de mediador entre a classe dominante e a dominada, entre opressores e oprimidos, servindo para reprimir, preponderantemente, por atos violentos, punitivos e/ou coercitivos (inclusive físicos) e, secundariamente, pela punição ideológica todo aquele que for considerado inimigo da sociedade. Deste modo, o Estado é formado por um conjunto de instituições permanentes que permitem a atuação do governo e das autoridades que o representam, ou o Estado, entendido como a coletividade organizada, exerce o poder de gerir os conflitos entre os diversos interesses dos grupos sociais. A ele (Estado) todos os membros da sociedade devem obediência, sendo-lhe conferido o poder de legislar, gerir o erário público, definir os crimes, definir os direitos e obrigações dos cidadãos, aplicar as leis e etc.²⁹

Por conseguinte, *grosso modo*, o Direito, parte do Aparelho Repressivo estatal, serve ao manutenção da ordem social de interesse da classe dominante, que no caso do sistema capitalista é representada pela burguesia (capitalistas). Ou seja, os capitalistas, detentores dos meios de produção, ou condições materiais da vida (infraestrutura), detém o poder estatal, o qual utiliza para manter a classe dominada, ou operariado, alienados (não conscientes) da sua condição de explorados.

Assim, o Direito, como parte da superestrutura do edifício social, assegura a reprodução das relações de produção.

3.2 CAPITALISMO DE CONSUMO

28 ALTHUSSER, L. **Obra citada**. p.113.

29 CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, SP: Ed. Ática, 2000.p.475.

Após explicitar os conceitos de infraestrutura e superestrutura e como se dá a relação do Direito dentro do sistema capitalista segundo a teoria marxista, passa-se agora à exposição das características do sistema capitalista contemporâneo. Para tal caracterização, utiliza-se as ideias de BAUMAN, mais precisamente as expostas pelo sociólogo na sua obra *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*.

A escolha da referida obra se justifica, precipuamente, por conta da atualidade das teses do autor, pois suas análises têm como objeto o capitalismo atual, o qual, segundo BAUMAN, encontra-se na etapa do capitalismo de consumo. Apesar da relevância de outros autores marxistas, as teses de BAUMAN se mostram mais adequadas à compreensão da sociedade atual, já que o autor reformulou, revisitou, esclareceu e atualizou os conceitos marxistas.

Tendo em vista que o objeto do presente trabalho, a Lei Maria da Penha, é resultante do contexto sócio-histórico contemporâneo, compreender o contexto que possibilitou o seu aparecimento é primordial à percepção do seu papel dentro do sistema. Desconectar o Direito do contexto que lhe deu origem é arriscar incorrer em graves anacronismos. Desta forma, a Lei Maria da Penha deve ser analisada dentro do capitalismo de consumo, que é o modelo de capitalismo contemporâneo (século XXI).

A tese defendida na obra *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria* parte do pressuposto marxista que **a compra e a venda de mercadorias é o pilar (essência) do capitalismo** e que, apesar de toda a mudança, em essência o capitalismo é o mesmo de sempre, ou seja, o capitalismo muda para não mudar. Por conseguinte, na lógica capitalista, o trabalhador, a pessoa, o ser humano, não passa de uma mercadoria como qualquer outra. Aliás, no *Manifesto do Partido Comunista*, MARX e ENGELS já alertavam:

E na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho, e só têm trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. **Esses operários, constrangidos a vender-se em parcelas, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de**

comércio e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.³⁰

Na sociedade capitalista, o Estado é mediador e garantidor dessa relação de compra e venda. Ele (Estado) estimula a compra da mão-de-obra, pois os operários necessitam vendê-la para se manterem vivos, ou seja, vendem-se no mercado para terem em troca sua subsistência, pois a força de trabalho é a sua única propriedade. Por conseguinte, para alcançarem o objetivo da venda da mercadoria que dispõem, os operários se veem obrigados a se manterem desejáveis aos olhos do capitalista. Isso significa que não ser desejável é uma sentença de morte, pois sem conseguir se vender, o operário se torna um excluído da sociedade, portanto, não consegue garantir o seu mínimo existencial.

Essa relação de compra e venda descrita acima é, como mencionado, o pilar do capitalismo e, na sociedade capitalista atual, não é diferente.

BAUMAN analisa como essa relação ocorre no capitalismo atual, ou seja, diverge dos que se posicionam a favor da ideia de que se caminha em direção a uma maior libertação devido às transformações tecnológicas e ideológicas ocorridas a partir do final do século XX.

Para o pensador, o capitalismo contemporâneo não trouxe maior liberdade, muito pelo contrário, apenas tornou mais sofisticadas as formas de exploração. Porém, a base desta última continua a mesma: a relação de compra e venda entre classe dominante e classe dominada.

BAUMAN defende a tese que houve uma mudança, a partir do final do século XX, na forma de exploração da classe dominada. Para o autor, **o capitalismo contemporâneo, ou pós-moderno, não explora a força de trabalho, mas o consumo**³¹. Isso ocorreu por conta da maior incrementação tecnológica, que permitiu a dispensação cada vez maior de mão-de-obra. Contudo, ao mesmo tempo que dispensou mão-de-obra, a máquina aumentou a produção de mercadorias. A essas mercadorias era preciso dar um destino. Deste modo, o capitalismo se remodelou, a

30 MARX, Karl (1818-1883) e ENGELS, Friedrich (1820-1895). **Manifesto do Partido Comunista** / tradução, prefácio e notas Edmilson Costa / apresentação Anníbal Fernandes – 3. ed. - São Paulo: EDIPRO, 2015.p.70

31 Esclarece-se que o que foi substituída foi a força de trabalho, não o trabalho, pois este é ainda essencial à acumulação de capital, pois o trabalho se constitui como atividade social e somente ele gera mais-valia. Ou seja, a máquina não trabalha, somente o ser humano.

fim de dar vazão à quantidade gigantesca de produtos produzidos e, ao mesmo tempo, manter a exploração da classe proprietária dos meios de produção sobre os demais. É a partir de então que o capitalismo de consumo começa a apresentar seus contornos mais bem acabados.

No capitalismo de consumo, o capitalista não vê mais a necessidade da mão-de-obra oferecida pelo operário, agora ele apenas precisa de consumidores ávidos pelas mercadorias produzidas, já que a máquina substituiu a força de trabalho quase por completo.

Em outras palavras, o ser humano passou a ser item dispensável à classe dominante, pelo menos do ponto de vista ideológico.

Por conseguinte, na ânsia por pertencer à sociedade, de se fazer alguém digno de vida, os sujeitos da nova classe dominada passaram a promover a si mesmos como mercadorias desejáveis, ou mercadorias dignas de existência social. E, tendo em vista o excesso de produtos no mercado, nada melhor que incentivar o consumo. Assim, para pertencer à sociedade capitalista pós-moderna, é preciso ser um consumidor, não um produtor, como era no antigo modelo de capitalismo. Os produtos produzidos pelas máquinas não servem mais apenas para garantir a subsistência dos explorados, mas passaram a ser objetos produtores de subjetividade, pois ocorreu um fenômeno chamado *fetichismo da subjetividade*. Os sujeitos constroem o próprio “Eu” com base nas mercadorias que comprem, são, portanto, um só com o que consomem. Quanto mais o sujeito consome, mais digno ele é de pertencer à sociedade, ou mais “especial” ele é. Na sociedade de consumidores, o consumo não serve à subsistência, mas à formação da subjetividade do explorado. Os produtos são veículos de status social. Quanto mais se consome, mais o sujeito se torna uma mercadoria valiosa. Por isso, há uma verdadeira disputa entre os sujeitos para consumir. Numa sociedade guiada pela lógica do consumo, na qual só se é alguém enquanto se exhibe o status adquirido pelo que se consome, não é necessária a existência de opressão direta, pois os próprios sujeitos se tornam opressores de si mesmos e dos demais.

Nas palavras de BAUMAN:

Os colegas de ambos os sexos que expõem suas qualidades com avidez e entusiasmo na esperança de atrair atenção para ele e, quem sabe, obter o reconhecimento e atenção exigidos para permanecer no jogo da sociabilidade; os clientes potenciais com necessidade de ampliar seus registros de gastos e limites de crédito para obter um serviço melhor; os pretensos imigrantes lutando para acumular pontuação, com prova da existência de uma demanda por seus serviços, para que

seus requerimentos sejam levados em consideração – todas as três categorias de pessoas, aparentemente tão distintas, são aliciadas, estimuladas ou forçadas a promover uma *mercadoria* atraente e desejável. Para tanto, fazem o máximo possível e usam os melhores recursos que têm à disposição para aumentar o valor de mercado dos produtos que estão vendendo. **E os produtos que são encorajadas a colocar no mercado, promover e vender são elas mesmas.**

São, ao mesmo tempo, os promotores *das mercadorias e as mercadorias que promovem*. São, simultaneamente, o produto e seus agentes de marketing, os bens e seus vendedores (e permitam-me acrescentar que qualquer acadêmico que já inscreveu para um emprego como docente ou para receber fundos de pesquisa vai reconhecer suas próprias dificuldades nessa experiência). Seja lá qual for o nicho em que possam ser encaixados pelos construtores de tabelas estatísticas, todos habitam o mesmo espaço social chamado *mercado*. Não importa a rubrica sob a qual sejam classificados por arquivistas do governo ou jornalistas investigativos, a atividade em que todos estão engajados (por escolha, necessidade ou, o que é mais comum, ambas) é o *marketing*. O teste em que precisam passar para obter os prêmios sociais que ambicionam exige que *remodelem a si mesmos como mercadoria*, ou seja, como produtos que são capazes de obter atenção e atrair *demanda e fregueses*.³²

Assim, enquanto no modelo de capitalismo anterior se explorava a força de trabalho do proletariado, no capitalismo contemporâneo se explora a capacidade de consumo dos sujeitos. Na sociedade de produtores, ou capitalismo de exploração da força de trabalho, o capitalista estabelecia uma espécie de acordo com os explorados, onde a estes era garantido o mínimo existencial, pois o capitalista necessitava da força de trabalho do proletariado para produzir. Na contemporaneidade, o capitalista não necessita mais da força de trabalho humana, mas de consumidores hábeis a consumir o excesso de produtos oriundos das máquinas cada vez mais incrementadas. Ou seja, os humanos são dispensáveis nesse novo modelo. Cabendo a cada sujeito provar ao capitalista que merece pertencer à sociedade, que detém algo de especial a oferecer.

Nesse contexto, as relações humanas foram profundamente afetadas.

Na sociedade de consumidores, tudo é descartável, pois os explorados disputam entre si o reconhecimento de sua própria existência perante o meio social.

Um bom consumidor, ou um sujeito digno de existência e reconhecimento, segundo os parâmetros da sociedade, é alguém capaz de reinventar a si mesmo constantemente, já que o volume de produtos consumíveis é tão grande que a produção depende de uma contínua renovação. Deste modo, consome-se para que sejam produzidos ainda mais produtos e, assim, mantenha-se constantemente e de forma crescente o aumento da riqueza dos proprietários dos meios de produção.³³

32 BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.p.12-13. (Grifos nossos)

33 BAUMAN, Z. **Obra citada**.p.20.

Nessa disputa por reconhecimento social, os sujeitos transformados em mercadoria são convencidos pela publicidade que consumir fortalece sua individualidade e liberdade de escolha. Liberdade se torna sinônimo de consumir ilimitadamente. Na sociedade de produtores, buscava-se bens duráveis com o fito de alcançar a segurança, ou a solidez, já na sociedade de consumidores, tudo o que perdura no tempo é visto como limitador da liberdade individual. Em realidade, o que se chama de liberdade é a possibilidade de transformar tudo o tempo todo, tendo em vista que a solidez representa diminuição do consumo e, portanto, menor exploração e enriquecimento da classe dominante. Assim, o capitalismo de fins do século XX e início do XXI criou mecanismos para manter um consumo infinito.

Em um meio onde nada é para durar, os relacionamentos pessoais se tornam um grande obstáculo ao consumo, pois exigem dedicação dos sujeitos por um longo prazo. Criar vínculos pessoais mais íntimos despende tempo e energia emocional, porque a afetividade e proximidade entre os seres humanos permitem a distinção e individualização, retirando-se a objetivação do sujeito e a ideia de os enxergar como mercadorias consumíveis e descartáveis como qualquer outro produto.

Como consequência, os compromissos devem ser evitados a todo custo. A indiferença e insensibilidade com o outro são estimuladas. Qualquer vínculo afetivo é propagado como limitador da liberdade de escolha, inclusive as relações familiares passam por uma relativização. É nesse ponto que o ideal da família tradicional burguesa começa a ser desconstruído. A lógica do capital deixa a exclusividade do âmbito público e passa a também adentrar a intimidade da vida privada dos sujeitos.

Na sociedade de consumidores, as relações humanas são análogas às relações de consumo. As relações são visualizadas pela sua utilidade e satisfação. Os sujeitos se tratam como comprador e mercadoria e, como tais, adquirem o direito de se descartarem mutuamente quando a “relação de consumo” não traz mais satisfação. Criar vínculos com os outros, ser afetivo, torna-se sinônimo de enclausuramento, pois dificulta a fluência das trocas comerciais. Nas palavras de BAUMAN:

A possibilidade de povoar o mundo com gente mais afetuosa e induzir as pessoas a terem afeto não figura nos panoramas pintados pela utopia consumista. As utopias privatizadas dos caubóis e cowgirls da era consumista mostram, em vez disso, um “espaço livre” (livre para mim, é claro)

amplamente estendido; um tipo de espaço vazio do qual o consumidor líquido-moderno inclinado a performances-solo, e apenas a elas, sempre precisa de mais e nunca tem o bastante. O espaço de que os consumidores líquidos-modernos necessitam, e que são aconselhados de todos os lados a obter lutando e a defender com unhas e dentes, só pode ser conquistado se expulsando outros seres humanos – em particular os tipos de indivíduos que se preocupam e/ou podem precisar da preocupação dos outros.³⁴ (grifou-se e destacou-se)

No capitalismo de consumo, a sociedade e tudo o que há nela se tornam líquidos, ou seja, pessoas, objetos, bens, e etc. são todos passíveis de consumo e tornam-se efêmeros.

Por fim, o Direito, como parte da superestrutura do sistema capitalista (*Aparelho Repressor do Estado*), reflete essas mudanças da infraestrutura, adquirindo também contornos flexíveis e pugnando para garantir a liberdade de consumo dos sujeitos.

3.3 O DIREITO POSTO NA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES

Após a explicitação, em linhas gerais, da concepção da estrutura social e da posição do Direito nessa estrutura, segundo a teoria da tradição marxista, agora passa-se à exposição do papel do Direito (entendido como o Direito Posto, ou positivado) como parte do Aparelho Repressor estatal do capitalismo de consumo, utilizando-se como referência as reflexões do sociólogo BAUMAN.

Primeiramente, destaca-se o questionamento trazido por BAUMAN, na sua obra *Legisladores e Intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*, a respeito da autoridade estatal na sociedade pós-moderna. BAUMAN se posiciona no sentido oposto a quem argumenta que na sociedade pós-moderna há um enfraquecimento do poder do Estado devido ao suposto aumento da liberdade. Para o sociólogo, o poder estatal não foi reduzido, muito pelo contrário, ganhou novas roupagens, muito mais sutis, melhores, mais eficientes em reproduzir e impor o seu poder. Os que defendem a ideia de que existe mais liberdade na sociedade pós-moderna, têm por base a diminuição da autoridade direta, aquela exercida de maneira impositiva. Contudo, segundo BAUMAN, essa autoridade direta apenas passou a ser

34 BAUMAN, Z. **Obra citada**. p.68. (Grifos nossos)

supérflua, pois os meios de dominação se tornaram muito mais eficazes. Nas palavras do próprio sociólogo:

A questão é que o Estado não está necessariamente mais fraco por causa desta falência da autoridade; ele simplesmente achou modos melhores, mais eficientes de reproduzir e impor seu poder; a autoridade tornou-se redundante, e a categoria especializada em manter a reprodução da autoridade tornou-se supérflua.³⁵

Por conseguinte, o Direito, diretamente ligado à autoridade estatal, continua, no atual capitalismo de consumo, exercendo sua função de legitimar o poder da classe dominante. E, nesse sentido, **a Lei Maria da Penha, como meio de coerção estatal**, não é diferente. Ela, como manifestação do Direito burguês, faz parte da superestrutura do edifício social, portanto, meio de legitimação da violência do *Aparelho Repressor do Estado*.

Devido a ideologia hedonista, segundo BAUMAN, o capitalismo atual não explora a força de trabalho, como ocorria na sociedade de produtores, mas o consumo. No atual estágio do capitalismo, as máquinas realizam praticamente toda a força necessária para produzir os bens materiais para garantir a existência biológica humana. Isso significa que o trabalho na sociedade de consumo, não serve para manter a existência, mas para consumir o que as máquinas produzem. E, ainda, o consumo serve para que o próprio indivíduo se torne alguém com valor-social, fazer-se a si mesmo uma mercadoria vendável é um dever nessa sociedade de consumidores.³⁶

No capitalismo produtivo, prevalecia a ideia de escassez. A ideologia reproduzida era a de que os bens materiais eram escassos, por isso, a força de trabalho era fundamental para garantir a prosperidade social. Assim, os bens duráveis e tudo que representasse estabilidade, continuidade, solidez e etc. eram desejáveis e símbolos de status social. A força de trabalho, nessa sociedade de produtores, era a principal mercadoria, portanto, dotada de valor. Como a força de trabalho possuía

35 BAUMAN, Zigmunt. **Legisladores e Intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Trad. Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Zahar, 2010.p.171.

36 BAUMAN, Z. **Obra citada**. p.76.

valor, pois imprescindível para a manutenção do sistema, havia uma espécie de pacto entre capitalistas e proletariado. Essa dependência mútua se dava por conta da tecnologia pouco desenvolvida, que não conseguia suprimir a mão-de-obra humana. Assim, os capitalistas reconheciam que precisavam dos trabalhadores, do contrário, não haveria produção de riqueza. Os donos dos meios de produção exploravam a força de trabalho humana. Enfim, os sujeitos utilizavam sua força de trabalho para manter a própria subsistência e enriquecer o capitalista.

Com o desenvolvimento da tecnologia, a força de trabalho humana foi aos poucos sendo substituída pela máquina até o ponto do ser humano ser considerado dispensável pelo sistema.

O Direito, representante da “ordem burguesa”, reflete essas alterações da infraestrutura. No capitalismo industrial ou produtivo, o Estado e seu aparato, incluindo o Direito, deveriam garantir a solidez das relações sociais e econômicas, por isso, por exemplo, o casamento e a família eram consideradas instituições sólidas. No capitalismo de consumo, onde as relações e trocas devem ser fluídas, o Direito deve possibilitar essa fluência, ou liquidez. Ou seja, o Direito não se tornou mais livre ou libertário, mas apenas passou a refletir a liquidez pós-moderna.

4 LEI MARIA DA PENHA E A IDEOLOGIA DO CAPITALISMO DE CONSUMO

Mas não discutais conosco enquanto aplicardes à nossa intenção de abolição da propriedade burguesa o padrão de vossas noções burguesas de liberdade, de cultura, de direito etc. As vossas próprias ideias são apenas a expressão das condições de sua produção e propriedade burguesas, tal como a vossa jurisprudência é apenas a vontade de vossa classe transformada em lei para todos, vontade cujo personagem e direção essenciais são determinadas pelas condições econômicas de existência da vossa classe.
(Marx e Engels. O Manifesto do Partido Comunista)

A Lei Maria da Penha, como parte do *Aparelho Repressor do Estado*, manifestação do Direito burguês e, portanto, meio de legitimação da violência estatal, apesar de, parecer aos olhos dos menos atentos uma benesse necessária ao combate à violência, esconde por traz de si a violência estatal.

Por conseguinte, nesse capítulo derradeiro, serão apresentados alguns dos usos da Lei da Maria da Penha pela classe dominante, em especial o papel ideológico que subjaz na ideia de pacificação social. As reflexões aqui realizadas tem como fundamento precípua os questionamentos do filósofo e psicanalista esloveno Slavoj ZIZEK a respeito do que ele denominou “violência sistêmica”, além das críticas de teóricas do feminismo marxista, como Betty FRIEDAN e Nancy FRASER, bem como as ideias do sociólogo Zigmunt BAUMAN e de outros teóricos marxistas.

4.1 VIOLÊNCIA SISTÊMICA

Antes de adentrar no uso ideológico do Direito, e como o objeto do presente estudo, Lei Maria da Penha, faz parte do *Aparelho Repressor de Estado* e pauta-se na punição da violência subjetiva, é interessante esclarecer o conceito de “violência sistêmica” proposta pelo filósofo ZIZEK em sua obra *Violência: seis reflexões laterais*.

Para ZIZEK, a violência se apresenta em diversas dimensões e de maneiras diferentes. O filósofo contrapõe a violência sistêmica à violência subjetiva. Esta última é aquela diretamente visível, exercida por um agente identificável, é a agressividade expressa pelos sujeitos externamente, como por exemplo, a do estuprador, a do assaltante, a violência doméstica e etc., já a violência sistêmica engloba uma dimensão objetiva, simbólica, refere-se às consequências do funcionamento do

sistema capitalista. A violência, neste último caso, é abordada através do funcionamento do sistema como um todo, mas que é invisível, pois seria parte normal ou natural do sistema. Como exemplo de violência sistêmica, pode-se citar a fome, a miséria, a desigualdade social e econômica, a exclusão social e etc. Para ZIZEK, o primeiro tipo de violência, a subjetiva, é só a ponta do iceberg de um sistema que produz a violência, na realidade, a violência subjetiva é resultante da violência sistêmica e, ainda mais grave, é utilizada pela classe dominante como ideologia que mascara a violência sistêmica. Ou seja, ao se focar na violência subjetiva, esquece-se de todo o sistema que a produz, mantendo-se eternamente o ciclo de violência.

A Lei Maria da Penha parte do pressuposto que há, de um lado, os sujeitos violentos por natureza e, do outro lado, as vítimas sempre indefesas. Ou seja, classifica os sujeitos através de qualidades subjetivas, no caso, a qualidade é o gênero³⁷. As mulheres são sempre vítimas, enquanto os homens são sempre potenciais agressores. A culpabilização recai sobre os sujeitos. Nesse sentido, a violência não é vista como fruto da estrutura social, mas de uma violência subjetiva, o que de modo algum resolve o problema central, servindo apenas como engodo social.³⁸

Portanto, a referida Lei visa combater a violência subjetiva, pois aumentou o rigor das punições estatais em relação aos sujeitos, sem, contudo, preocupar-se com o sistema capitalista que gerou a violência que ela tenta combater e, ainda pior, como será evidenciado a seguir, acaba servindo aos interesses da classe dominante.

37 Há diversas discussões e teorias a respeito do conceito de gênero, uma delas é a Teoria Queer, ou estudos queer, que é constituída por um conjunto de diversas áreas do conhecimento que pesquisam política pós-identitária. Em essência, esses teóricos queer partem da ideia de que não há nenhuma influência biológica para a construção dos papéis sociais de gênero, ou seja, que os papéis de gênero são construídos socialmente. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_queer>. Acesso em 24/09/2017.

38 O filósofo e psicanalista marxista esloveno Slavoj Zizek, de forma bastante polêmica, apresenta no seu livro “*Violência: seis reflexões*” o conceito de “violência sistêmica”, que consiste na violência oriunda do próprio funcionamento do sistema econômico e político. Para o filósofo, por traz dos esforços para combater e erradicar a violência, há uma violência não evidente. A violência subjetiva seria apenas a parte mais visível de um sistema violento. ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo.

4.2 IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

Primeiramente, deve-se definir o conceito de ideologia que será aqui utilizado, pois o termo pode possuir diferentes significados³⁹.

O termo ideologia foi amplamente divulgado pelas correntes marxistas ao longo do séc. XX e é comumente pensado como um conjunto de ideias, individuais ou coletivas, que contribuem para esconder a relação de dominação existente na sociedade. Mas, para além desse sentido, o filósofo ZIZEK acrescenta que a ideologia não é apenas fundada em ideias sem base na materialidade, pelo contrário, a ideologia parte de evidências, de fatos que aparentemente falam por si, mas que na verdade, estão constituídos por uma rede de discursos que acaba por servir a uma relação de dominação. Em realidade, o que define a ideologia não é a falta de evidências, mas a **falta de transparência na relação de domínio**. O que o filósofo quer dizer é que é muito mais fácil mentir ou esconder a verdade quando se tem por base uma realidade factual. Assim, por exemplo, quando se intervém em um país por conta de violação dos direitos humanos, mesmo que haja de fato essa violação, a intervenção é legitimada ideologicamente, pois deixa-se de mostrar os verdadeiros interesses subjacentes – econômicos, por exemplo. Nas palavras de ZIZEK:

39 1 Rubrica: filosofia. ciência proposta pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836) nos parâmetros do *materialismo* iluminista, que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo

2 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: filosofia. No *marxismo*, conjunto de ideias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção, e, portanto, termina por beneficiar as classes sociais dominantes

3 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: filosofia. No *marxismo*, esp. o dos epígonos de Marx, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o conjunto de ideias que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista)

4 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: sociologia. sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos
Ex.: i. conservadora, cristã, nacionalista

5 Derivação: por extensão de sentido. conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos

Ex.: sua i. identifica-se com a dos republicanos

Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo - “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, **a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta**. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. Quando, por exemplo, uma potência ocidental intervém num país do Terceiro Mundo em decorrência de violações dos direitos humanos, pode ser perfeitamente “verdadeiro” que, nesse país, os direitos humanos mais elementares não têm sido respeitados, e que a intervenção ocidental irá efetivamente melhorar o quadro desses direitos. Mesmo assim, essa legitimação é “ideológica”, na medida em que deixa de mencionar os verdadeiros motivos da intervenção (interesses econômicos etc). O modo mais destacado dessa “mentira sob o disfarce da verdade”, nos dias atuais, é o cinismo: com desconcertante franqueza, “admite-se de tudo”, mas esse pleno reconhecimento de nossos interesses não nos impede, de maneira alguma, de persegui-los; a fórmula do cinismo já não é o clássico enunciado marxista do “eles não sabem o que estão fazendo”; agora, é “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo”.⁴⁰

Para ZIZEK, o objetivo da crítica à ideologia é perceber a verdadeira mensagem do texto oficial que beneficia os proprietários dos meios de produção. A ideologia é uma comunicação distorcida, devido a interesses sociais inconfessos, mas é constituída de uma argumentação racional não coercitiva que mantém invisíveis os mecanismos que regulam sua eficiência⁴¹.

Por conseguinte, ZIZEK utiliza a noção althusseriana de ideologia, à qual não visa apenas apreender a ideologia “em-si”, mas “para-si”, ou seja, sua alteridade-externalização, ou existência material da ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas. A ideologia como parte do Aparelho Ideológico de Estado.

Na teoria do estado delineada por ALTHUSSER, a ideologia é o fim (objetivo) do que o filósofo denominou “Aparelho Ideológico de Estado”. Mas antes é preciso compreender o *locus* deste aparato no edifício social.

40 ZIZEK, Slavoj. **O Espectro da Ideologia**. In: Um mapa da Ideologia. p.14. (Grifos nossos)

41 A filósofa Marilena CHAUÍ define Ideologia da seguinte forma: “ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”. CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2.ed. - São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 7.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado fazem parte da superestrutura estatal, junto com o poder de estatal e o Aparelho de Estado, (ambos constituintes do Estado), mas se distingue destes últimos. O Aparelho de Estado (AE) (governo, exército, polícia, etc.) dispõe do Aparelho Repressivo de Estado, que funciona através da violência, física ou não. Já os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) funcionam através de variadas instituições: Igrejas, escola, família, leis, política, cultura, imprensa. Enquanto há um único Aparelho Repressivo de Estado constituído por diferentes órgãos, há uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos de Estado, mas que não possuem uma ligação imediatamente visível entre eles. Além dessa diferença entre Aparelho Repressivo de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado, constata-se que o primeiro pertence ao domínio público, enquanto o segundo pertence ao âmbito privado.

Contudo, ALTHUSSER, dando continuidade à exposição a respeito da relação entre Ideologia e Estado, destaca que essa distinção entre público e privado é realizada pelo Direito burguês, mas o Estado está “além do Direito”, não é público nem privado. Por conta de estar “além do Direito”, o Estado, que é o Estado da classe dominante, atua tanto pelo âmbito público, como pelo privado. Isso significa que não importa ao Estado essa distinção público/privado, pois esta distinção é interna. Para o filósofo, essa distinção público e privado interessa menos do que o *modus operandi* desses aparelhos, ou seja, o que importa mesmo é como atuam. Os Aparelhos Repressivos de Estado funcionam pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia. Nas palavras de ALTHUSSER:

A distinção entre o público e o privado é uma distinção interna ao direito burguês, e válida nos domínios (subalternos) em que o direito burguês exerce sua “autoridade”. O domínio do Estado lhe escapa, por estar “além do Direito”: o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição para qualquer distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa, partindo agora de nossos Aparelhos Ideológicos de Estado. Não importa se as instituições em que eles se materializam são “públicas” ou “privadas”. O importante é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como Aparelhos Ideológicos de

Apesar dos Aparelhos Ideológicos de Estado serem plurais e aparentemente desconexos, a ideologia pela qual eles funcionam é unificada sob a *ideologia dominante*, que é a ideologia da classe dominante. Esses aparelhos ideológicos são de suma importância à detenção do poder estatal pela classe dominante, pois nenhuma classe consegue permanecer no poder por período prolongado sem exercer a hegemonia ideológica. Por conseguinte, os Aparelhos Ideológicos de Estado não constituem apenas alvo da luta de classes, mas o lugar onde ela ocorre. No Aparelho Repressor de Estado, a classe dominante atua com maior facilidade, pois, por exemplo, é muito mais fácil ditar leis e reprimir fisicamente do que conquistar posições nas instituições contidas nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que neste último, há contradições, meios e oportunidades de resistência por parte das classes.

Isto posto, pode-se compreender como se assegura a *reprodução das relações de produção*. Esta é assegurada pelo exercício do poder estatal através do Aparelho Repressivo de Estado e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Porém, deve-se destacar que nem o Aparelho Repressivo de Estado, nem os Aparelhos Ideológicos de Estado atuam somente via repressão (no primeiro caso) ou somente via ideologia (no segundo caso). Ambos atuam pela repressão e pela ideologia, isto é, possuem duplo funcionamento e é exatamente esse duplo caráter que permite a unificação desses aparelhos e, assim, asseguram a reprodução das relações de produção. O papel do Aparelho Repressivo de Estado é garantir as condições políticas de atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado, para que se mantenha as relações de exploração. Na verdade, segundo ALTHUSSER, o Aparelho Repressivo de Estado funciona como um escudo de proteção aos Aparelhos Ideológicos de Estado. Deste modo, a ideologia dominante une os Aparelhos, Repressivo e Ideológicos.

42 ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação)*. p.115.

Enfim, todos os aparelhos ideológicos contribuem de algum modo para a reprodução das relações de produção. Um desses aparelhos, a família, não é diferente. O Aparelho familiar, como todos os demais Aparelhos Ideológicos de Estado, reproduz a ideologia dominante, a fim de manter a exploração capitalista.

4.3 O APARELHO IDEOLÓGICO FAMILIAR

Dando seguimento à exposição sobre a ideologia, faz-se necessário delimitar o tema a um dos Aparelhos Ideológicos do sistema capitalista, a Família. Esse afunilamento é para que se possa compreender o papel do Direito (Lei Maria da Penha), parte do Aparelho Repressor do Estado e do Aparelho Ideológico Jurídico, dentro da sociedade de consumidores. Além disso, a delimitação também se justifica tendo em conta que o objeto da Lei Maria da Penha não é o combate simples à violência contra a mulher, mas é o combate à **violência doméstica contra a mulher**, ou seja, a referida lei adentra no âmbito da vida privada dos sujeitos, na vida familiar dos indivíduos. Por isso, ela (a Lei) possui uma relação estreita com o Aparelho Ideológico de Estado familiar. Onde o primeiro é o escudo do segundo. Pode-se dizer que se trata de uma relação entre Aparelho Repressor do Estado (Lei Maria da Penha) e um Aparelho Ideológico do Estado, a Família.

Como já mencionado logo acima no presente texto, ALTHUSSER lista basicamente os seguintes Aparelhos Ideológicos de Estado: *o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político, o AIE sindical, o AIE da informação (imprensa, rádio e televisão etc) e o AIE cultural (literatura, artes, esportes etc.)*⁴³. Neste trabalho monográfico, entende-se a família como um Aparelho Ideológico de Estado como qualquer outro, na forma que entende o filósofo ALTHUSSER. Isso significa que a Família serve aos interesses da classe dominante, na medida em que assegura a reprodução das

43 ALTHUSSER. **Obra citada.** p.115.

relações de produção, já que as relações familiares condizem e se harmonizam com a ideologia reproduzida pelos demais Aparelhos Ideológicos de Estado.

A Família intervém na reprodução da força de trabalho, pois ela é a unidade básica de produção e consumo nos diferentes modos de produção. Assim, pode-se interpretar que a Família adquire diversas formas em acordo com a ideologia dominante, pois ela é o alicerce e, ao mesmo tempo, espelho das relações de produção.

Observa-se que a estrutura de qualquer ideologia, ao interpelar os indivíduos como sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto, é especular, ou seja, é uma estrutura em espelho, e duplamente especular: essa duplicação em espelho é constitutiva da ideologia e garante seu funcionamento. O que equivale a dizer que toda ideologia é centrada, que o Sujeito Absoluto ocupa o lugar singular do Centro e interpela a seu redor a infinidade de indivíduos a se tornarem sujeitos, numa dupla relação especular, de tal ordem que sujeita os sujeitos ao Sujeito, ao mesmo tempo que lhes dá, no Sujeito em que cada sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a garantia de que isso realmente concerne a eles e a Ele, e de que, como tudo ocorre dentro da Família (da Sagrada Família: a Família é essencialmente Sagrada), deus nela reconhecerá os seus – ou seja, aqueles que reconhecerem Deus e que se reconhecerem n'Ele serão salvos.⁴⁴

Assim, a Família reproduz as relações de exploração através de seus rituais e práticas, ela realiza a ideologia da classe dominante, pois a esta interessa manter as relações de produção que garantem sua posição de domínio. Além disso, a Família, por conta de sua natureza afetiva-empática, serve de maneira adequada aos objetivos de domínio da classe dominante, na medida em esta última se utiliza da comoção para reproduzir a sua ideologia⁴⁵.

44 ALTHUSSER. **Obra citada**. p.137.

45 ZIZEK traz a seguinte reflexão a respeito da empatia que nos impede de pensar “A premissa subjacente de que parto é a de que há algo intrinsecamente mistificador numa consideração direta: a alta potência do horror diante dos atos violentos e a empatia com as vítimas funcionam inexoravelmente como um engodo que nos impede de pensar. Uma abordagem conceitual desapaixonada da tipologia da violência deve, por definição, ignorar o seu impacto traumático. Apesar disso, em certo sentido uma análise fria da violência reproduz o seu horror e dele participa. É necessário distinguir, ainda, entre verdade (factual) e veracidade: o que torna verídico o testemunho de uma mulher estuprada (ou de qualquer outra narração de um trauma) é a sua incoerência factual, sua confusão, sua informalidade. Se a vítima fosse capaz de descrever a sua experiência dolorosa e humilhante de maneira clara,

4.3.1 Famílias chefiadas por mulheres

Como exposto no tópico anterior, a Família é um Aparelho Ideológico de Estado e, como tal, reproduz a ideologia da classe dominante. Nesse sentido, passa-se agora a uma breve descrição da situação desse Aparelho Ideológico na sociedade contemporânea, a fim de relacionar o objeto do presente trabalho, Lei Maria da Penha, com a ideologia dominante.

A Família contemporânea apresenta profundas mudanças em relação ao passado recente. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), houve um aumento da diversidade dos tipos de família, como o crescimento de uniões consensuais e famílias monoparentais (com apenas um dos pais), em decorrência do maior número de divórcios e separações⁴⁶.

Contudo, além dessas mudanças, aqui interessa um dado bastante relevante apontado pelo IBGE, o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres. No ano 2000, apenas 22,2% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, enquanto, no ano 2010, 37,3% das famílias tinham como responsável uma mulher. Dessas famílias chefiadas por mulheres, 87,4% não possuem cônjuge e, 40,8% tem rendimentos mensais inferiores a ½ (meio) salário mínimo *per capita*. De acordo com a pesquisa do Instituto, esse aumento expressivo do número de lares chefiados por

*apresentando todos os dados sob uma forma consistente, essa clareza poderia levar-nos a suspeitar de sua veracidade. Aqui, o problema é parte da solução: as deficiências factuais do relato do sujeito traumatizado quanto a sua experiência confirmam a veracidade do testemunho, uma vez que indicam que o conteúdo descrito “contaminou” o modo de sua descrição. O mesmo se pode dizer, evidentemente, da chamada não fiabilidade das descrições verbais dos sobreviventes do Holocausto: uma testemunha capaz de descrever claramente sua experiência em um campo de concentração desqualificaria a si mesmo em virtude de sua clareza[2]. A única abordagem adequada do tema de que trata este livro, portanto, será aquela que nos permita elaborar variações sobre a violência mantidas a uma distância respeitosa em relação às vítimas.”. ZIZEK, S. **Obra citada**. p.18.*

46 Os dados constam no sítio do IBGE: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212012563616217748.pdf>> (acesso em 20/07/2017)>.

<<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,55,-17,56,57,-18,128&ind=4704>>

mulheres é, entre outros fatores, devido à mudança dos valores culturais relativos ao papel da mulher na sociedade brasileira.

Esses dados, no primeiro momento, podem aparecer como um grande avanço em termos de igualdade de gênero o que, de certo ponto de vista, é verdadeiro, já que de fato a sociedade atual proporcionou à mulher a possibilidade de buscar sua independência financeira em relação ao gênero masculino⁴⁷. Porém, há um outro quadro, pouco ventilado, apontado pelos dados supramencionados: o de que **há uma estreita relação entre pobreza e responsabilidade familiar feminina**.

A realidade refletida nos dados levantados pelo IBGE no censo 2010 vai ao encontro das reflexões da pensadora do feminismo marxista Nancy FRASER. Em artigo publicado em fevereiro de 2017, *“Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo – e como resgatá-lo”*, a feminista traz algumas reflexões sobre como algumas pautas do movimento feminista acabaram servindo aos objetivos neoliberais e à acumulação de capital. FRASER critica:

Pouco importa que a realidade debaixo do novo ideal sejam níveis depressivos de salário, baixa segurança no emprego, declinante qualidade de vida, um aumento drástico do número de horas trabalhadas por família, a exacerbação da dupla-jornada — hoje geralmente tripla ou quádrupla — e **um aumento na pobreza, cada vez mais concentrada nos lares encabeçados por mulheres**. O neoliberalismo doura a pílula ao elaborar a narrativa do empoderamento feminino. Invocando a crítica feminista contra o “salário família” para justificar a exploração, o neoliberalismo amarra o sonho da emancipação das mulheres na correia do motor da acumulação de capital.

O feminismo também deu uma segunda contribuição ao ethos neoliberal. Na era do capitalismo organizado pelo estado, nós corretamente criticamos uma visão política estreita, que era tão intencionalmente focada na desigualdade de classe que não podia ver tais injustiças “não-econômicas”, tais como a violência doméstica, o abuso/assédio sexual e a opressão reprodutiva. **Rejeitando o “economismo” e politizando o “pessoal”, as feministas alargaram a agenda política, a fim de desafiar as hierarquias sociais embutidas nas construções culturais de gênero**. O resultado deveria ter sido expandir a luta por justiça, para englobar tanto a cultura quanto a economia. **Mas o resultado real foi um foco unilateral na “identidade de gênero”, às custas das lutas do “pão e manteiga”**. Pior ainda, a virada feminista à política da identidade se encaixou à perfeição num neoliberalismo ascendente, que queria nada mais nada menos do que reprimir toda memória de desigualdade social. De fato, nós absolutizamos a crítica do sexismo

47 Frisa-se que o objetivo deste trabalho não é enaltecer o modelo de família tradicional (homem, mulher e filhos e etc.), mas de trazer uma reflexão sobre a ideologia por trás dos novos modelos de família da sociedade contemporânea.

cultural precisamente na hora em que as circunstâncias requeriam uma atenção redobrada na crítica da economia política. (grifou-se e destacou-se)

Assim, FRASER chama a atenção de todos que lutam por igualdade de gênero para que não se esqueçam do fator econômico, pois, muitas vezes, a crítica sexista se sobrepõem às desigualdades econômicas, o que se mostra bastante perigoso, na medida em que se perde o foco das estruturas capitalistas que são, em última instância, o cerne de todas as desigualdades.

Ademais, em total desatenção, deixa-se de perceber que o sistema capitalista pouco se importa com desigualdades raciais, étnicas, sexuais e etc., desde que tais desigualdades não sejam empecilhos à exploração material de uma classe social por outra. Nesse sentido, MARX e ENGELS já alertavam no *Manifesto do Partido Comunista*:

Quanto menos habilidade e dispêndio de força o trabalho manual exige, isto é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. **Diferenças de gênero e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária.** Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o gênero, têm custos diferentes.

(...) De todas as classes da população se recruta, assim, o proletariado.(pág.71) (grifou-se e destacou-se)

Por conseguinte, a Família, Aparato Ideológico do Estado, modificou-se para reproduzir a ideologia do capitalismo contemporâneo. Por isso, não é coincidência que o aumento do número de famílias cujas responsáveis são mulheres ocorreu justamente com a ascensão do capitalismo flexível e do neoliberalismo.

Como indicam os dados do IBGE, a maioria esmagadora dos lares cujas responsáveis são mulheres (mais de 87%) são resultantes de divórcios e separações, já que nesses casos, o cônjuge masculino é quem deixa o lar. Essa realidade é fundamental para compreender a ideologia por trás da Lei Maria da Penha.

Os capitalistas perceberam que mulheres responsáveis por uma família tendem a trabalhar muito mais que qualquer outra pessoa, já que precisam sustentar economicamente a si próprias e suas famílias. Deste modo, o que se chama de

libertação feminina nada mais é do que uma versão do liberalismo econômico, pois prega a suposta liberdade ou independência econômica da mulher, contudo, uma liberdade individualista e pautada na meritocracia.

Além disso, o consumo é quase todo direcionado ao público feminino, ou seja, os capitalistas perceberam que a mulher “emancipada” trabalha e consome mais.⁴⁸

É nesse ponto que entra a ideologia do capitalismo flexível e o discurso do empoderamento feminino.

4.4 IDEOLOGIA DO EMPODERAMENTO FEMININO

Como exposto no tópico anterior, a Família, Aparelho Ideológico de Estado, reflete na contemporaneidade, a lógica do capitalismo flexível e, assim, reproduz também a ideologia dominante necessária à manutenção da exploração do homem pelo homem.

A mulher responsável pela família tende a trabalhar e consumir mais, caminhando ao encontro dos interesses capitalistas. Assim, não é à toa que por toda a parte se vê uma propaganda maciça em prol do chamado “empoderamento feminino”, que é uma distorção do conceito marxista de “empoderamento”, que significa, genericamente, resistência e luta contra opressões. O que os capitalistas e o neoliberalismo chamam de empoderamento feminino é, em realidade, uma nova forma de exploração que mascara o trabalho precarizado feminino e, ainda pior, sabota a identificação de classe, pois a mulher deixa de se enxergar como uma proletária (trabalhadora) e passa a se identificar com o gênero. Ou seja, o chamado “empoderamento feminino” se encaixa perfeitamente aos interesses capitalistas, em razão de fazer esquecer a existência de desigualdades econômicas e, precipuamente, atribuiu aos indivíduos (homens, por exemplo) a causa de todos os problemas. ZIZEK faz o seguinte raciocínio:

48 Em introdução à edição brasileira do livro “Mística Feminina”, da feminista marxista Betty Friedan, Rose Marie Muraro afirma que a mulher consome 80% de tudo o que é produzido, por isso, a propaganda é toda direcionada para o público feminino.

Os comunistas liberais são pragmáticos. Odeiam as abordagens doutrinárias. Para eles, não há hoje em dia uma classe trabalhadora una e explorada. Há simplesmente problemas concretos que devem ser resolvidos: a fome na África, a sujeição das mulheres muçulmanas, a violência do fundamentalismo religioso. Quando há uma crise humanitária na África – e os comunistas liberais simplesmente amam as crises humanitárias, que trazem à tona o melhor de si mesmos! –, é despropositado recorrer à retórica imperialista à maneira antiga. Em vez disso, todos devemos nos concentrar naquilo que de fato funciona em vista da solução do problema: empenhar as pessoas, os governos e o mundo dos negócios numa iniciativa comum; começar a fazer com que as coisas avancem, em vez de confiar no auxílio de um Estado centralizado; abordar a crise em termos criativos e não convencionais, sem dar importância aos rótulos. (grifou-se e destacou-se)⁴⁹

Por conseguinte, o que aparentemente é uma ação social de empresários preocupados com o bem-estar das mulheres, nada mais é que uma forma de reprodução da exploração capitalista.⁵⁰

O modelo ideológico de mulher imposto pela Indústria Cultural pode ser resumido pela imagem da Barbie do séc. XXI: separada e independente do Ken, sexualmente emancipada, feliz o tempo todo (não há espaço para tristezas e decepções) e, portanto, símbolo do sucesso feminino que consegue conciliar carreira e família.⁵¹ Ou seja, um ideal inatingível.

Além disso, esse modelo ideal de mulher e família pode ser relacionado com o que BAUMAN chamou de “relação pura”, fruto da sociedade de consumidores que

49 ZIZEK, S. **Obra citada**. p.27.

50 A historiadora Rejane Carolina Hoeveler, no texto *Empreendedorismo feminino: “emancipação” ou subordinação voluntária?*, exemplifica esse tipo de ação, supostamente filantrópica, promovida por grupos empresariais: “Talvez nada ilustre melhor o trabalho precarizado vendido como ação filantrópica do que a propaganda da **empresa cosmética AVON**, que em 2003 fundou um instituto homônimo para “coordenar campanhas de responsabilidade social pela mulher”. A Avon diz acreditar “há 130 anos” (sic) que “a mulher pode ser responsável pelo seu próprio destino através da independência financeira, da sororidade e da beleza, seja ela qual for”; diz assegurar igualdade salarial e oportunidades de crescimento; e mais importante, diz que “o modelo de negócio Avon, que conta com as revendedoras como grandes parceiras, tem contribuído em todos os mercados para a emancipação econômica da mulher, dando a ela condições de planejar e obter sua autonomia financeira por meio da venda de produtos”. Artigo disponível: <http://blogjunho.com.br/empreendedorismo-feminino-emancipacao-ou-subordinacao-voluntaria/> (acesso 30/07/2017) (glifos e destaque nossos)

51 HOEVELER, Rejane Carolina. Empreendedorismo feminino: “emancipação” ou subordinação voluntária?. Artigo disponível: <http://blogjunho.com.br/empreendedorismo-feminino-emancipacao-ou-subordinacao-voluntaria/> (acesso 30/07/2017)

não tolera nada que se torne um obstáculo à troca constante de produtos de consumo. A “relação pura” seria uma transposição das regras que vigem as trocas mercadológicas para os relacionamentos afetivos. Assim, do mesmo modo que os consumidores podem substituir um produto por outro (por qualquer motivo), um parceiro pode substituir o outro se não estiver mais satisfeito. Em analogia à área comercial, seria o “satisfação total ou o seu dinheiro de volta”. Nas palavras de BAUMAN:

O padrão cada vez mais comum de “relação pura”, revelado e descrito por Anthony Giddens em seu livro *Transformações da Intimidade*, pode ser interpretado como um transplante da regra de mercado de bens para o domínio dos vínculos humanos. A prática da “relação pura”, bastante observada e por vezes louvada no folclore popular e em sua representação pelos meios de comunicação, pode ser visualizada à semelhança da presumida ou postulada soberania do consumidor. O impacto da diferença entre parceiro-parceiro e o ato de adquirir bens de consumo comuns, distinção essa muito profunda, originada na reciprocidade do acordo necessário para que a relação se inicie, é minimizado (se não tornando totalmente irrelevante) pela cláusula que torna a decisão de um dos parceiros suficiente para encerrá-la. É essa cláusula que põe a nu a similaridade posta à diferença: no modelo de uma “relação pura”, tal como nos mercados de bens, os parceiros têm o direito de tratar um ao outro como tratam os objetos de consumo. Uma vez que permissão (e a prescrição) de rejeitar e substituir um objeto de consumo que não traz mais satisfação total seja estendida às relações de parceria, os parceiros são reduzidos ao status de objeto de consumo.⁵²

Na contemporaneidade, o capital administrou os conflitos sociais e redirecionou as lutas sociais para que os próprios sujeitos enxerguem uns aos outros como razão dos males econômicos, sociais, afetivos e etc. A consequência é que os indivíduos esquecem que há um sistema capitalista que os oprime, que há uma classe dominante que absorve quase todos os recursos produzidos pela sociedade. Enfim, a ideologia do empoderamento feminino mascara as reais intenções do capital, que é, antes de tudo, **pulverizar a identidade da classe operária**.

4.5 LEI MARIA DA PENHA (APARELHO REPRESSOR/IDEOLÓGICO DE ESTADO)

52 BAUMAN, Z. **Obra citada**. p.32.

Como já se vem delineando ao longo deste trabalho, tendo como fundamentação teórica a concepção estatal althusseriana, a Lei Maria da Penha é entendida aqui como parte do Aparelho Repressor do Estado, ou seja, parte da superestrutura do edifício estatal que é determinada pela base, ou infraestrutura. Portanto, a Lei Maria da Penha está a serviço da classe dominante, pois esta classe detém o poder estatal e utiliza o aparato repressor a seu serviço, utilizando-o como escudo de proteção e, ao mesmo tempo, como reprodutor da ideologia dominante.

Frisa-se que o objetivo não é analisar a Lei Maria da Penha em seus termos técnicos jurídicos, nem adentrar nas estruturas coercitivas estatais que a promovem, mas tão somente abordá-la pelo prisma ideológico-filosófico.

Para isso, vê-se necessário apresentar um recorte da referida lei para que seja evidenciado o objeto da qual ela trata, qual seja: **a violência doméstica contra a mulher.**

Em seu art. 5^a, a Lei Maria da Penha delimita seu objeto:

Art. 5^o Para os efeitos desta Lei, configura **violência doméstica e familiar contra a mulher** qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:(Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - **em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.**

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.⁵³ (destacou-se)

Fica evidente que o objeto da Lei Maria da Penha não é combater a violência contra a mulher, mas sim a violência contra a mulher praticada, precipuamente, no âmbito das relações afetivas, familiares ou não. Ou seja, possibilita a interferência do âmbito público na vida privada. A justificativa se baseia em dados que mostram que a maior parte da violência sofrida pelas mulheres ocorre dentro de relacionamentos afetivos⁵⁴. Contudo, destaca-se que os referidos dados, comumente apresentados por quem defende a Lei Maria da Penha, foram levantados, interpretados e divulgados pela multinacional *Avon Cosméticos*⁵⁵, empresa que, sabidamente, maximiza seus lucros através da venda direta, em outras palavras, pela exploração da mão-de-obra de mulheres de baixa renda, mas, principalmente, pela exploração do consumo dessas mulheres, tendo em vista que 80% de tudo o que é produzido é consumido pelas mulheres.

Por conseguinte, é bastante questionável a filantropia de uma empresa de cosméticos em relação às causas de gênero. Inclusive, a multinacional *Avon Cosméticos* é a principal investidora e realizadora das campanhas em prol do combate à violência contra a mulher, isto de acordo com informações da própria empresa: “a *Avon acredita que a beleza, a segurança e o bem-estar de suas clientes*,

53 BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 08/10/2017.

54 Entre esses dados estão os seguintes: a quatro minutos uma mulher é vítima de agressão no Brasil; a cada 1 (uma) e hora e meia ocorre um feminicídio no Brasil; a maior parte das mulheres assassinadas foram mortas pelo parceiro. Os dados completos podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf>

55 A Avon Cosméticos, por meio do Instituto Avon, além de realizar levantamento de dados, também promove treinamento para operadores do Direito, de modo a reproduzir a sua ideologia. É a infraestrutura (base econômica) se utilizando da superestrutura.

*revendedoras e funcionárias, são essenciais para a companhia e, por isso, é uma das maiores fomentadoras de ações que combatem a violência contra a mulher no Brasil por meio do Instituto Avon*⁵⁶ (SIC). Em seu sítio na internet, a empresa informa que o investimento em ações que visam a “emancipação” da mulher ultrapassa os R\$70 milhões de reais para 180 (cento e oitenta) projetos em todo o Brasil.

A principal dessas campanhas é o **“Fale sem medo – não à violência doméstica”**, criada pelo *Instituto Avon* com o objetivo de disseminar informações sobre a Lei Maria da Penha no Brasil. Além disso, também criou o canal 180, linha disponível para denúncias.⁵⁷

Enfim, a Lei Maria da Penha, apesar da aparente tentativa de combater a violência contra a mulher, faz parte do Aparelho Repressor de Estado, escudo protetor da ideologia da classe dominante, já que, provavelmente, **é uma lei resultante do interesse da indústria cosmética, ou seja, da classe dominante.**

Assim, termino com a reflexão do filósofo esloveno ZIZEK, que sabiamente alerta para a hipocrisia das ações humanitárias dos ricos:

É por isso que o delicado comunista liberal – assustado, preocupado, oposto à violência – e o fundamentalista cego que explode de ira são os dois lados de uma mesma moeda. Embora combatam a violência subjetiva, os comunistas liberais são eles próprios agentes da violência estrutural que cria as condições das explosões de violência subjetiva. Os mesmos filantropos que dão milhões de dólares para combater a Aids ou promover a educação arruinaram a vida de milhares de pessoas através da especulação financeira e criaram assim as condições para a emergência da mesma intolerância que pretendem combater.⁵⁸

56 <http://www.avon.com.br/app/images/dashboard/instituto-avon-site/treinamento-operadores-direito.pdf>

57 É interessante que quando do lançamento do canal 180, a *Avon Cosméticos* desenvolveu uma linha de maquiagem denominada “linha 180”, que consistia numa linha de produtos de maquiagem *fake* que divulgavam o conceito de “não maquie a verdade”. Ou seja, a empresa ganhava duas vezes, pois promovia seus produtos e sua ideologia. A campanha pode ser encontrada no link: <<http://www.administradores.com.br/noticias/marketing/avon-lanca-nova-campanha-sobre-violencia-domestica-contra-mulheres/99048/>>. Acesso em 08/10/2017

58 ZIZEK, Slavoj. **Obra citada**. p.36.

5 CONCLUSÃO

Passados mais de 10 (dez) anos do advento da Lei Maria da Penha, a violência doméstica contra a mulher, conforme apontam dados oficiais, só se fez aumentar, o que deixa a todos estarecidos, pois apesar das diversas medidas estatais e esforços dos movimentos feministas, a violência se faz cada vez mais presente.

Contudo, tais medidas se pautam na violência subjetiva, ou seja, visam combater o sintoma de uma doença sistêmica. A violência cometida pelos sujeitos, na visão de filósofos como ZIZEK, é apenas o reflexo de uma violência muito mais ampla, causada pela miséria, fome, péssima distribuição de renda e etc., enfim, causada pelo sistema capitalista que é, em última instância, o male dos males da humanidade atual.

Esse trabalho buscou apresentar que, talvez, não somente a Lei Maria da Penha não possui eficácia alguma, como, pior ainda, serve aos interesses do capital.

Para o capital, qualquer causa que não o modifique em sua essência, qual seja, **a troca mercadológica** e a transformação do ser humano em objeto de compra, venda e consumo, será incentivada e cooptada em favor do sistema.

A mulher dentro desse capitalismo de consumo tem papel fundamental, vez que consome 80% de tudo que é produzido, ou seja, investir em causas femininas é um bom negócio, pois, além de gerar lucros, o capitalismo se disfarça de emancipador da mulher.

Assim, a proposta aqui foi provocar a reflexão a respeito do quanto nós, com toda boa vontade de mudar o mundo, não colaboramos ainda mais para ampliação desse sistema de morte chamado capitalismo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: ZAHAR.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)**. In: ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AVON: A companhia para a mulher. Sítio da empresa
<http://www.avon.com.br/companhia-mulher>

ASSUNÇÃO, Diana e VALLE, Flavia. **Feminismo como nicho de mercado e a cooptação capitalista**. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/Feminismo-como-nicho-de-mercado-e-a-cooptacao-capitalista> (acesso em 06/08/2017)

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Ensaio sobre conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. **Globalização: consequências humanas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

_____. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Trad. Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Trad. Varlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

_____. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução Eliana Guiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 2.ed. Trad. Luis Krausz, Maria Inês Rolim e Susan Semler. Ed. Paz e Terra.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone, 2006.

BORON, Atilio A. **Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo**. In: A teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas / organizado por Atilio A. Boron; Javier Amadeo e Sabrina González - 1ª ed. 1ª reimp. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

BRASIL. **Decreto 4.316 de 30 de julho de 2002**. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Presidência da República: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4316.htm>. Acesso em 17 de set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 08/10/2017.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales**. Trad. Nilo Olália. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, SP: Ed. Ática, 2000.

_____. **O que é ideologia**. 2.ed. - São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHIAMULERA, Iglair T. Marqueto. **A identidade política da mulher como unidade de gênero, em abordagem teórica sobre direitos humanos**. Tese UFPR. 1999.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **Relatório Anual 2000. Relatório nº 54/01, caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes**. <Disponível em <http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em 17 set. 2017.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Ratificada pelo Brasil em 27/11/1995. <Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>. Acesso em 17 de set. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha**. Disponível em www.mariaberenicedias.com.br

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO IBGE disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&tema=4725>

FRASER, Nancy. **Como o feminismo se tornou a empregada do capitalismo – e como resgatá-lo**. Artigo disponível no sítio: <http://www.iela.ufsc.br/noticia/como-o-feminismo-se-tornou-empregada-do-capitalismo-e-como-resgata-lo> (acesso em 30/07/2017)

HOEVELER, Rejane Carolina. **Empreendedorismo feminino: emancipação ou subordinação “voluntária”?** Texto disponível no sítio:
<http://blogjunho.com.br/empreendedorismo-feminino-emancipacao-ou-subordinacao-voluntaria/>

MARCONDES FILHO, Ciro. (org). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1984.

MARX, Karl (1818-1883) e ENGELS, Friedrich (1820-1895). **Manifesto do Partido Comunista** / tradução, prefácio e notas Edmilson Costa / apresentação Anníbal Fernandes – 3. ed. - São Paulo: EDIPRO, 2015.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru (SP): Ed. EDUSC, 2004.

HOBBSAWN, Eric. **Era das Revoluções**. Trad. Maria Tereza Teixeira, Marcos Penchel. 38. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILLAR, Mauro de Salles (1939-). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Instituto Avon e Vital Voices promovem treinamento sobre violência doméstica para operadores de direito. Disponível em
<http://www.avon.com.br/app/images/dashboard/instituto-avon-site/treinamento-operadores-direito.pdf> (acesso em 06/08/2017)

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MARCUSE, Hebert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte / organizado por Héglio Trindade. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS; Brasília, UNESCO, 2007.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. Tese de psicologia. UFRJ. Disponível em <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/analuciapaespacheco.pdf> (acesso em 06/08/2017)

PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Trad., apres.. e notas de Paulo Bessa. - Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

Pesquisa Instituto Avon/Data Popular– Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Disponível em

<http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf>
(acesso em 06/08/2017)

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 2.ed. São Paulo, SP: Livraria Martins Fontes, 1988.

RORTY, Richard. **Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática**. In: ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VINCENT, Gérard. **Uma história do segredo?** In: História da Vida Privada: Da Primeira Guerra a nossos dias.Org. Antoine Prost e Gérard Vincent. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1991.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8.ed. Lisboa, Portugal: Editora Presença, 1985.